



INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS



Perfil dos inscritos no CadÚnico em Goiás

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

José Eliton Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO

Paula Pinto Silva de Amorim

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Lillian Maria Silva Prado

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Unidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, o IMB é responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Rui Rocha Gomes

Gerência de Contas Regionais e Indicadores

Dinamar Maria Ferreira Marques

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Eduiges Romanatto

Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais

Marcelo Eurico de Sousa

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Carlos Antônio Melo Cristóvão



Instituto Mauro Borges

Av. República do Líbano nº 1945 - 4º andar
Setor Oeste – Goiânia – Goiás - CEP 74.125-125

Telefone: (62) 3201-6695/8481

Internet: www.imb.go.gov.br, www.segplan.go.gov.br

e-mail: imb@segplan.go.gov.br

Agosto - 2018

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS -
IMB

Perfil dos inscritos no CadÚnico em Goiás

Clécia Ivânia Rosa Satel¹
Evelyn de Castro Cruvinel²

GOIÂNIA
Agosto de 2018

¹ Pesquisadora em Economia do IMB. Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: clecia-irs@segplan.go.gov.br

² Pesquisadora em Estatística do IMB. Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília. E-mail: evelyn-cc@segplan.go.gov.br

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Pobreza: conceito e mensuração	11
2 Base de dados: o CadÚnico.....	14
3 Metodologia	15
4 Características gerais das famílias	16
5 Características dos domicílios.....	22
6 Características gerais e educacional das pessoas	28
7 Mercado de trabalho	37
8 Famílias e pessoas de grupos tradicionais e populacionais específicos.....	42
Considerações Finais	48
Referências	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Linha de Indigência e Pobreza Rocha (2006) para o ano de 2004 e atualização para 2017.....	13
Tabela 2: Faixa de renda familiar per capita e percentual por Região de Planejamento.....	20
Tabela 3: Faixa de renda familiar per capita (R\$) em relação ao total das famílias cadastradas, que recebem Bolsa Família e das que não recebem (%).....	20
Tabela 4: Pessoas ocupadas por tipo de ocupação e Regiões de Planejamento.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 5,5 dólares por dia, 2016.	14
Gráfico 2: Número de famílias cadastradas no CadÚnico por faixa de número de meses em desatualização.	17
Gráfico 3 - Número de famílias inscritas no CadÚnico por Região de Planejamento.....	17
Gráfico 4 - Famílias registradas no Cadastro Único, segundo a renda <i>per capita</i>	19
Gráfico 5 - Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico que fazem parte do Programa Bolsa Família (PBF) por Região de Planejamento.	21
Gráfico 6: Localização dos domicílios das famílias cadastradas.....	23
Gráfico 7: Percentual de famílias com acesso ao escoamento sanitário adequado ou não..	26
Gráfico 8 - Percentual de famílias com acesso ao serviço de abastecimento de água.....	26
Gráfico 9: Percentual de famílias com acesso ao serviço de coleta de lixo.	27
Gráfico 10: Percentual de famílias com acesso a energia elétrica por formas de medidor. ...	27
Gráfico 11: Número de pessoas inscritas no CadÚnico por Regiões de Planejamento.....	28
Gráfico 12: Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico que recebem Bolsa Família por Região de Planejamento.	30
Gráfico 14 - Distribuição etária dos cadastrados em anos de idade.....	34
Gráfico 16 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico.....	36
Gráfico 15 - Responsável pela família por gênero.....	37
Gráfico 17: Família de grupo tradicional ou específico em números absolutos e percentuais.	43

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Número de famílias inscritas no CadÚnico no estado de Goiás.	18
Mapa 2: Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico que participam do Programa Bolsa Família (PBF) em Goiás.	22
Mapa 3: Situação do Domicílio das famílias cadastradas.	24
Mapa 4: Pessoas inscritas no CadÚnico em relação à população total (%).	31
Mapa 5: Pessoas inscritas e beneficiárias do Programa Bolsa Família (%).	32
Mapa 6: Pessoas inscritas e beneficiárias do Programa Bolsa Família em relação à população total (%).	33
Mapa 7: Analfabetos em relação aos inscritos no CadÚnico (%).	35
Mapa 8: Famílias especiais que sobrevivem da terra.	45

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (Segplan), por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), apresenta estudo sobre o Perfil dos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) em Goiás, a partir da base de dados de março de 2018.

O objetivo desse estudo é traçar o perfil das pessoas cadastradas no CadÚnico no Estado de Goiás por Regiões de Planejamento, com destaque às características da situação dos domicílios, do perfil das famílias, das pessoas, da educação e do mercado de trabalho.

O CadÚnico é um instrumento fundamental para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, assim como para a seleção de beneficiários para programas sociais federais e estaduais. As informações são coletadas pelas prefeituras de cada município, por meio de uma ficha cadastral, e os dados são processados pela Caixa Econômica Federal, a qual atribui a cada membro do programa um número de Identificação Social (NIS).

Introdução

A principal contribuição do CadÚnico consiste em permitir o acesso das famílias aos programas sociais. A vantagem desse instrumento é sua abrangência, que permite cobrir grande parte da população mais pobre dos estados. Além disso, ter acesso aos endereços como nomes dos bairros permite uma seleção mais assertiva das famílias que necessitam de auxílios sociais. Assim, é possível identificar as seguintes informações: famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; coleta de lixo; abastecimento de água; taxa de analfabetismo; escolaridade, média de anos de estudo; trabalho informal entre outras características.

O objetivo deste trabalho é traçar o perfil dos inscritos no CadÚnico no estado de Goiás, por Regiões de Planejamento, com destaque às seguintes características: situação dos domicílios, educação e mercado de trabalho das pessoas de baixa renda. A base de dados utilizada refere-se ao mês de março de 2018.

O trabalho está organizado em oito sessões: a primeira apresenta a revisão da literatura por meio de conceitos e formas de mensurar a pobreza; a segunda apresenta informações sobre a base de dados do CadÚnico; a terceira, a metodologia adotada; as demais sessões discorrem sobre às características gerais das famílias, dos domicílios, das pessoas, do mercado de trabalho, das famílias e das pessoas de grupos tradicionais e populacionais específicos; e, por fim, as considerações finais.

1 Pobreza: conceito e mensuração

Ao longo do tempo, têm-se discutido qual o melhor método para delimitar quem são as pessoas pobres ou quem vive abaixo da linha da pobreza. Atualmente, a pobreza é compreendida como privações de diversos tipos. Segundo Amartya Sen e Sônia Rocha, a pobreza é um fenômeno multidimensional, pois consideram-se características sociais, culturais e políticas que influenciam o bem-estar dos indivíduos. Sob a ótica da renda, também conhecida como ótica monetária, é preciso ter um parâmetro, ou seja, uma linha de corte, de forma que a partir dessa referência determina-se pobres ou não pobres.

Rocha (1998) trata de conceitos de pobreza e de informações relevantes para a sua mensuração. Em relação aos conceitos, diferencia-se a pobreza absoluta da relativa. A pobreza absoluta é uma situação em que as necessidades mínimas vitais não são atendidas. Relaciona-se a esse conceito a subnutrição, que revela o problema da fome, que, por sua vez, está frequentemente associada à baixa saúde e às altas taxas de mortalidade. Esse conceito foi aplicado por Rowntree, no início do século XX, na Inglaterra, e se tornou a

abordagem mais usual e disseminada nos países industrializados para mensurar a pobreza absoluta. Já a pobreza relativa é uma situação em que o mínimo básico para a sobrevivência é socialmente garantido.

No que diz respeito à mensuração, o Canadá realizou cálculos e chegou a diversas linhas da pobreza, contudo, no Brasil não há uma linha oficial, geralmente, os órgãos de pesquisas ou outras entidades escolhem algum valor de corte dentre os adotados pelo Banco Mundial, Ministério do Desenvolvimento Social, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Banco Mundial tem um indicador global chamado de linha de extrema pobreza internacional - valor de US\$ 1,90 por dia. Contudo, para países considerados com nível de desenvolvimento médio-alto, como é o caso dos países da América Latina, o Banco Mundial adota uma linha mais elevada - valor de US\$5,5 por dia.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para seu Programa Social do Brasil sem Miséria, adotou o valor *per capita* de R\$ 170 mensais para pobres, metade desse valor (R\$ 85,00) para extrema pobreza (revisão 2016)³ e para a linha do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um valor inferior a ¼ de salário mínimo, conforme a Lei 8.742 de 1993.

O IPEA adota a linha de extrema pobreza em conformidade com a metodologia trabalhada por Sônia Rocha: ótica da renda e do consumo das famílias. Essa pesquisadora estimou 24 linhas para 24 regiões do país, a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Ademais considera a linha para pobres o dobro do valor da linha de extrema pobreza.

A metodologia de Rocha (2006) trabalha a partir da renda e do consumo das famílias, sendo o consumo composto por uma cesta de alimentos, com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, conforme recomendações da Food and Agriculture Organization (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, são considerados os valores dos custos de vida em cada capital. Dessa forma, Rocha (2006) mensurou 24 linhas de pobreza e indigência (Tabela 1).

³ Houve uma atualização em março de 2018 para as linhas de pobreza, considerando pobre o indivíduo que recebe mensalmente um valor *per capita* de até R\$ 178,00 e extrema pobreza R\$ 89,00. Essa atualização passa a ser válida a partir de julho de 2018.

Tabela 1 - Linha de Indigência e Pobreza Rocha (2006) para o ano de 2004 e atualização para 2017.

Regiões e Estratos	2004		2017	
	Indigência	Pobreza	Indigência	Pobreza
Norte				
Belém	47,03	142,86	293,94	892,88
Urbano	46,29	124,53	289,31	778,31
Rural	30,81	62,47	192,56	390,44
Nordeste				
Fortaleza	48,84	140,35	305,25	877,19
Recife	60,92	199,81	380,75	1.248,81
Salvador	58,15	181,19	363,44	1.132,44
Urbano	42,21	122,62	263,81	766,38
Rural	36,67	73,96	229,19	462,25
Minas Gerais/Espírito Santo				
Belo Horizonte	51,79	175,24	323,69	1.095,25
Urbano	44,64	117,82	279,00	736,38
Rural	35,81	69,75	223,81	435,94
Rio de Janeiro				
Metrópole	67,53	209,78	422,06	1.311,13
Urbano	49,02	130,52	306,38	815,75
Rural	38,71	95,28	241,94	595,50
São Paulo				
Metrópole	66,64	250,79	416,50	1.567,44
Urbano	54,39	160,25	339,94	1.001,56
Rural	42,77	100,82	267,31	630,13
Sul				
Curitiba	47,83	168,54	298,94	1.053,38
P.Alegre	51,72	132,28	323,25	826,75
Urbano	45,04	112,96	281,50	706,00
Rural	35,52	76,15	222,00	475,94
Centro-Oeste				
Brasília	54,62	240,15	341,38	1.500,94
Goiânia	53,52	222,86	334,50	1.392,88
Urbano	46,57	169,69	291,06	1.060,56
Rural	35,06	97,46	219,13	609,13

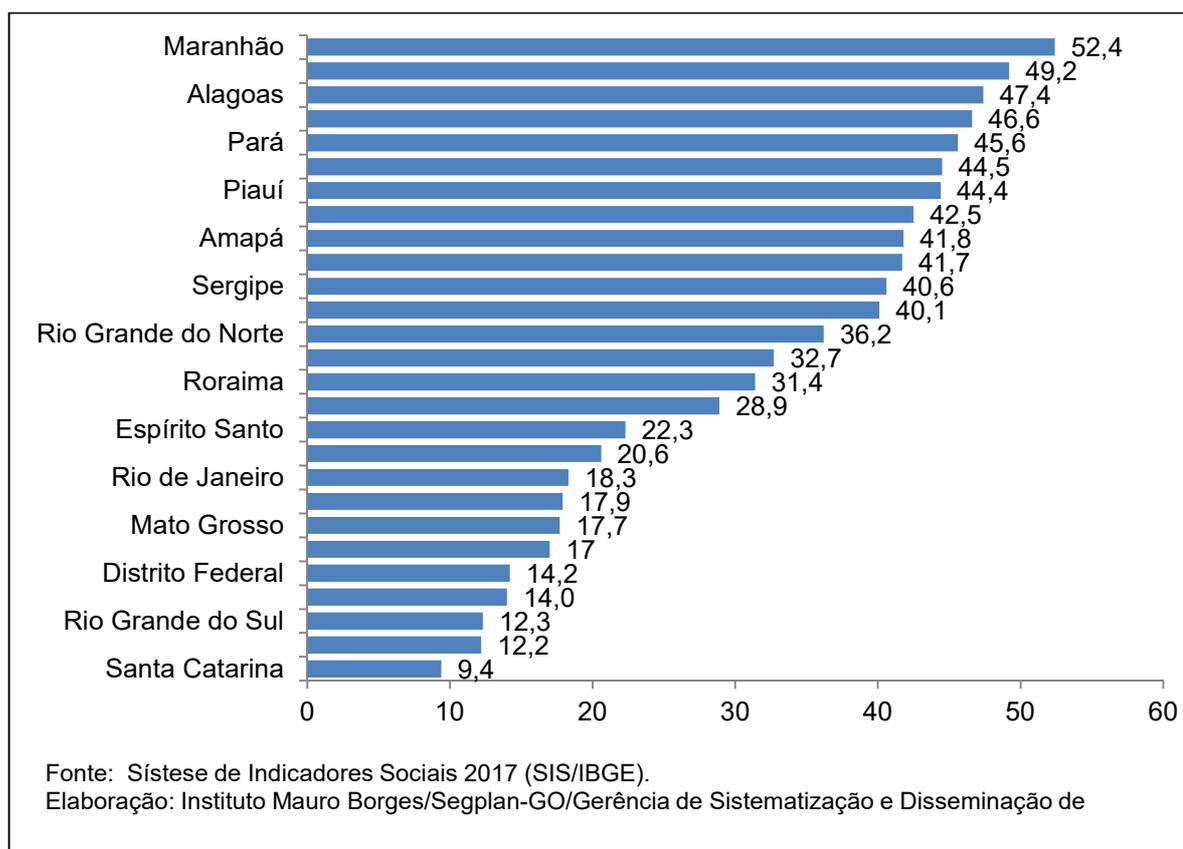
Fonte: Rocha (2006).

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas- 2018.

Nota: * Atualizado pelos autores com base no índice de preço ao consumidor (IPCA) do IBGE com valores de setembro 2017.

Consoante à metodologia do Banco Mundial - linha de pobreza de 5,5 dólares - o IBGE divulgou, em 2017, o trabalho Síntese de Indicadores Sociais. Esse trabalho usou a linha de 5,5 dólares e chegou a um valor correspondente mensal de R\$ 387,07 para o ano de 2016. Assim, foi constatado que 25,4% da população brasileira encontrava-se na situação de extrema pobreza. Entre os estados da Federação, Santa Catarina apresentou a menor proporção (9,4%) e a maior foi o estado do Maranhão (52,4%), Goiás ficou na oitava posição com o percentual de 17,9% de pobres (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 5,5 dólares por dia, 2016.



No Brasil existem muitos trabalhos como o de Rocha (2006), que tentam calcular a pobreza de uma maneira alternativa ao invés de apenas focar na renda, como os de Osorio *et al* (2011), Ottonelli e Mariano (2014), Silva, Sousa e Araújo (2017), Leite *et al* (2016), entre outros. Esses pesquisadores utilizam fontes variadas de informações estatísticas, principalmente, a PNAD e o Censo Demográfico.

2 Base de dados: o CadÚnico

O CadÚnico foi criado por um processo longo de tentativas de uma base de dados consistente, confiável e unificada. Começou em 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atendia as famílias de baixa renda, em que crianças e adolescentes encontravam-se em situação de trabalho precário. Nesse Programa cada município era responsável por criar os critérios de seleção. Em 2001, o Programa Federal Bolsa Escola melhorou esse processo com o agente operador (Caixa Econômica Federal) em que o cadastramento das famílias passou a ser de responsabilidade do Ministério da Educação. Respectivamente, o foco desses dois programas era atingir os jovens: o primeiro preocupava-se com a questão do trabalho e o segundo, com a educação. Os critérios não eram bem definidos e a descrição da situação familiar e do público-alvo não era clara.

Também em 2001, surgiu o Programa Bolsa Alimentação, ligado à saúde, com a base de dados do DATASUS. Por fim, no segundo semestre de 2001, o Governo Federal implementou o Cadastro Único para Programas Sociais.

Dessa forma, o surgimento do CadÚnico deu-se pela necessidade de uma base de dados confiável para concessão de benefícios de programas sociais do Governo Federal. Consolidou-se essa base com a implementação do Programa Bolsa Família em 2003, programa que unificou a assistência social, a educação e a saúde. Esse cadastro é de suma importância porque além de ser um meio para selecionar os beneficiários dos programas sociais, é uma base que permite olhar para as características das pessoas em situação de pobreza.

O Cadastro Único incorpora dados de famílias que tenham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários mínimos. Não obstante, famílias com renda superior a meio salário mínimo *per capita* poderão ser incluídas no cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais da União, estados ou municípios. O cadastramento de cada família caracterizada como pertencente à camada de baixa renda é realizado pelos municípios, por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas, sendo os dados coletados e anotados em formulário específico para esta finalidade. Os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal (CEF), órgão responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um Número de Identificação Social (NIS), de caráter único, pessoal e intransferível. O NIS permite aos operadores do CadÚnico localizar os indivíduos cadastrados, atualizar seus dados cadastrais, verificar e controlar a situação do benefício, bem como proceder à realização de ações de gestão de benefícios.

Um das limitações da base de dados é a possibilidade de famílias de baixa renda ainda não estarem cadastradas, seja pela falta de documentação, seja por questões como a dificuldade de acesso aos centros de cadastros, ou ainda por deixarem alguns campos do cadastro sem preencher.

3 Metodologia

O Cadastro Único (CadÚnico) adota quatro faixas de renda familiar *per capita*: extrema pobreza (até R\$70,00), pobreza (de R\$70,01 a R\$140,00), de R\$140,01 a meio salário-mínimo e acima de meio salário-mínimo, mas com renda familiar total abaixo de três salários-mínimos, conforme regulamentado no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. A Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro e a execução do Cadastro é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os

estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o gestor responsável. Dessa forma, nesse trabalho adota-se o conceito de pobreza do MDS.

Para traçar o perfil dos cadastrados no CadÚnico, usou-se a ótica da renda, mas considerando informações relevantes como escolaridade e características do domicílio. Tendo em vista garantir a maior consistência das informações e análises, utilizou-se apenas os dados das famílias e pessoas que tiveram o seu cadastro atualizado entre os anos de 2014 e 2018, ou foram cadastradas nesse período. Ou seja, excluiu-se os cadastros que ficaram mais de 4 anos sem atualização.

Trata-se de um trabalho descritivo e espacializado por Regiões de Planejamento: Centro Goiano, Entorno do Distrito Federal, Metropolitana de Goiânia, Norte Goiano, Nordeste Goiano, Noroeste Goiano, Oeste Goiano, Sudoeste Goiano, Sul Goiano e Sudeste Goiano.

4 Características gerais das famílias

A base de dados do Cadastro Único, março de 2018, consta 791.741 famílias cadastradas em Goiás. 23.698 (3%) estão com dados desatualizados há mais de 48 meses, e por não mais refletirem a realidade serão desconsideradas para a análise descritiva. Dessa forma, a amostra utilizada para traçar o perfil dos cadastrados no CadÚnico para o estado de Goiás foi de 768.043 famílias. O Gráfico 2 mostra a distribuição dos números de famílias conforme os meses de atualização do cadastro e o

Gráfico 3 mostra somente as famílias com cadastrados atualizados e a distribuição por Regiões de Planejamento.

Nota-se que as Regiões de Planejamento Entorno do Distrito Federal e Metropolitana de Goiânia representam juntas 46,17% do total de famílias cadastradas no Estado. Uma das explicações pelo grande percentual de inscritos deve-se ao fato de serem regiões que possuem grandes aglomerados populacionais. O Mapa 1 mostra, pelas manchas mais escuras, os municípios que apresentam o maior número de famílias inscritas no CadÚnico.

Gráfico 2 - Número de famílias cadastradas no CadÚnico por faixa de número de meses em desatualização.

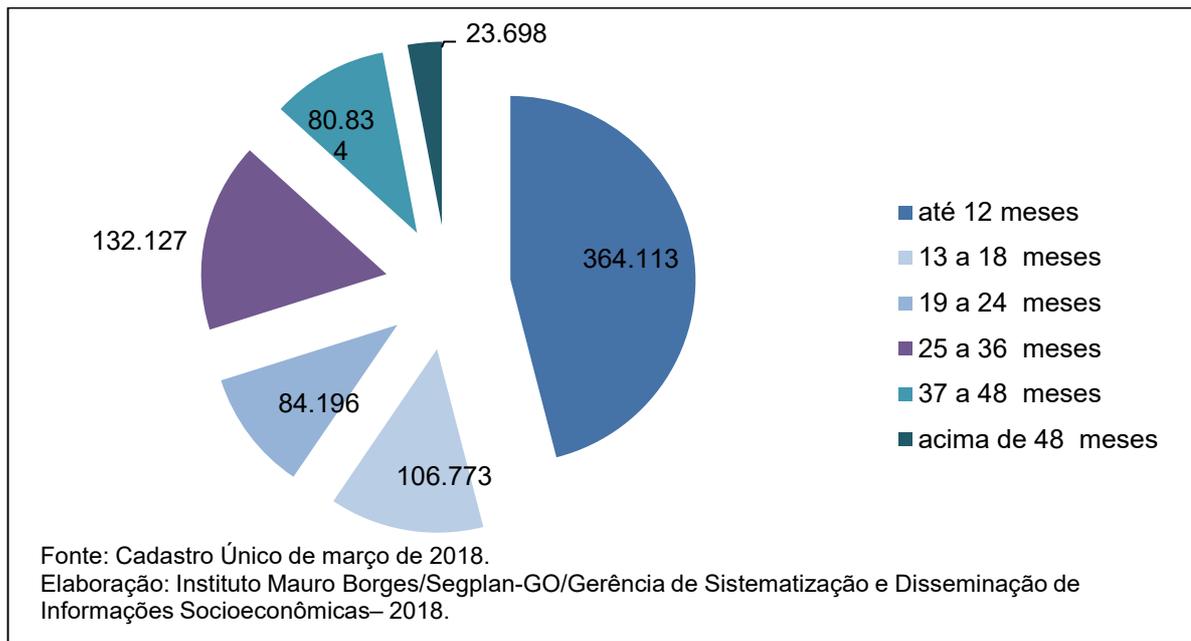
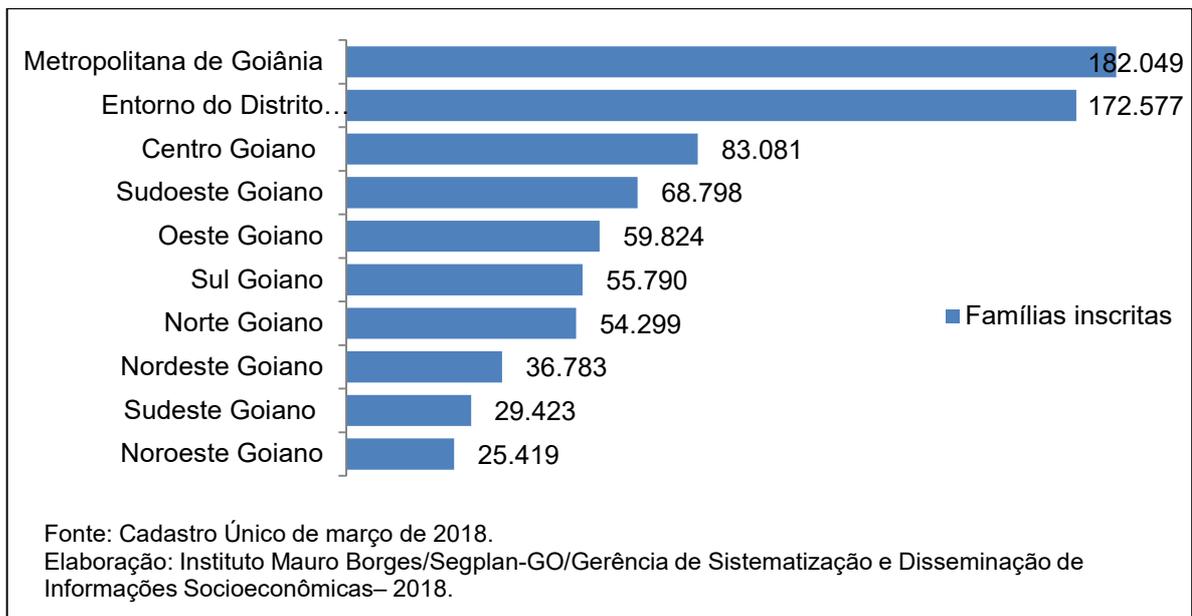
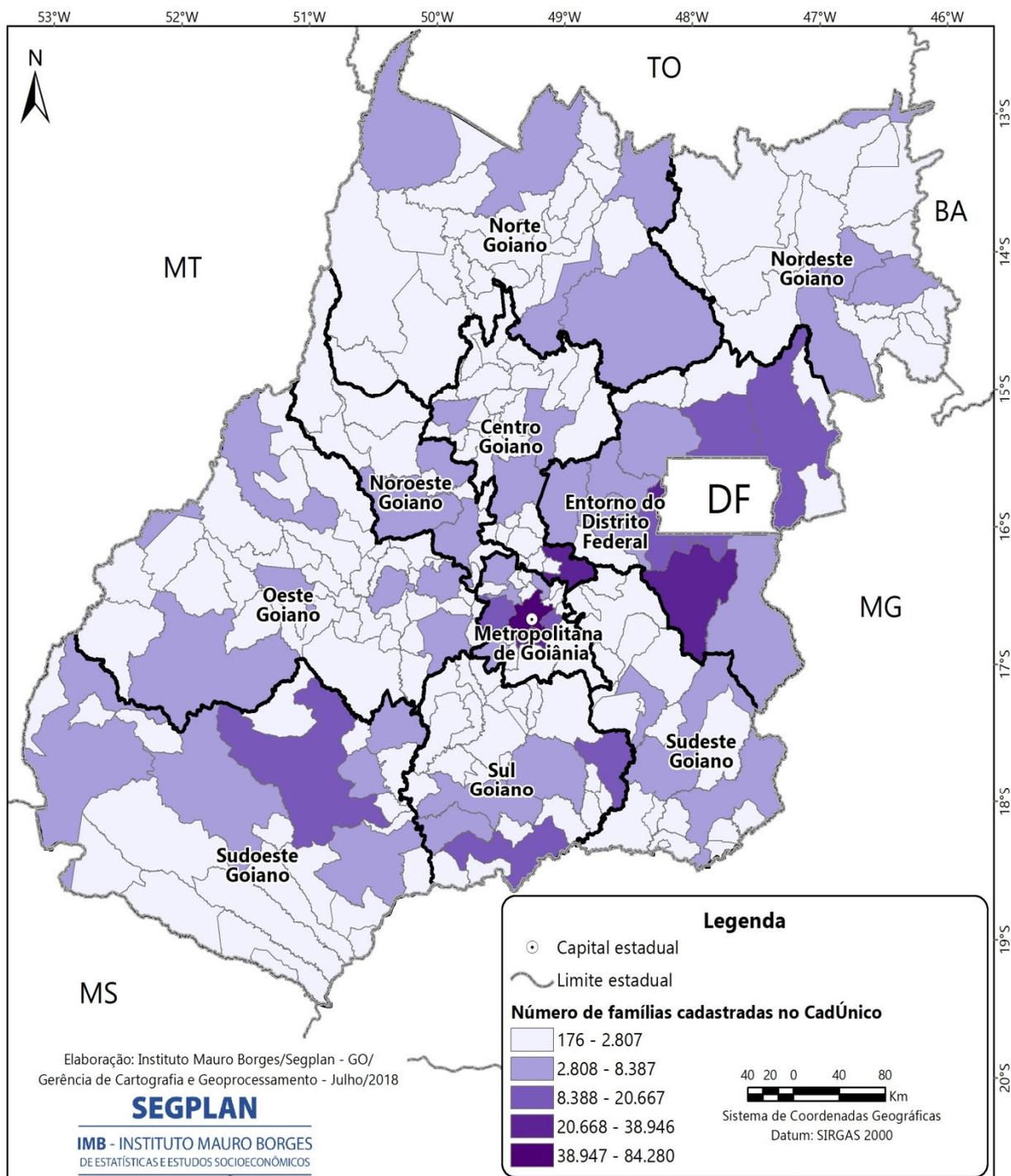


Gráfico 3 - Número de famílias inscritas no CadÚnico por Região de Planejamento.



Mapa 1 - Número de famílias inscritas no CadÚnico no estado de Goiás.



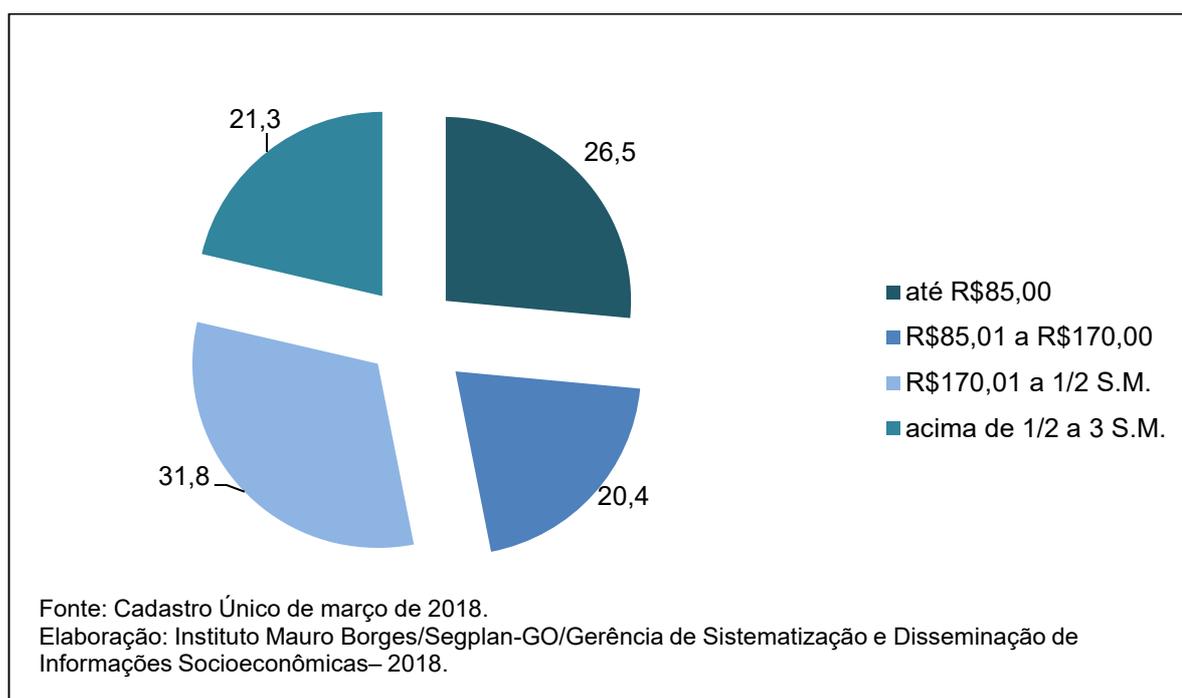
No que diz respeito à renda familiar *per capita* e ao conceito de pobreza e de extrema pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para seu programa social do Brasil sem Miséria, adotou o valor de R\$ 170 para pobres e metade desse valor (R\$ 85,00) para extrema pobreza (revisão 2016)⁴ e a linha do Benefício de Prestação

⁴ Houve uma atualização em abril de 2018 para as linhas de pobreza, considerando pobre o indivíduo que recebe mensalmente um valor *per capita* de até R\$ 178,00 e extrema pobreza R\$ 89,00. Essa

Continuada (BPC) um valor inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, linhas expressas na Lei 8.742 de 1993.

Verifica-se que quase 47% das famílias de Goiás inscritas no CadÚnico estão na linha de pobreza ou abaixo dela, 26,5% das famílias sobrevivem com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 85,00 (extrema pobreza) e 20,4% sobrevivem na linha da pobreza com R\$ 85,01 a R\$170 reais (Gráfico 4). Na Tabela 2 consta a distribuição das rendas por Regiões de Planejamento.

Gráfico 4 - Famílias registradas no Cadastro Único, segundo a renda *per capita*.



A Tabela 3 mostra, entre os grupos de renda, o percentual de famílias que estão no Programa Bolsa Família e os que estão de fora, de forma que ainda há 17,7% das famílias que vivem na extrema pobreza sem receber auxílio do PBF.

atualização passar a ser válida a partir de julho de 2018. Dessa forma, no presente trabalho utiliza-se os valores vigentes de março de 2018.

Tabela 2 - Faixa de renda familiar *per capita* e percentual por Região de Planejamento.

Região de Planejamento	até R\$85,00	R\$85,01 a R\$170,00	R\$170,01 a 1/2 S.M.	acima de 1/2 a 3 S.M.
Centro Goiano	19,2	22,4	36,7	21,7
Entorno do Distrito Federal	37,8	23,1	24,6	14,5
Metropolitana de Goiânia	14,2	23,8	40,0	22,0
Nordeste Goiano	50,8	12,4	19,6	17,2
Noroeste Goiano	30,7	20,1	29,1	20,1
Norte Goiano	34,8	17,9	27,4	19,9
Oeste Goiano	31,0	15,2	28,1	25,7
Sudeste Goiano	25,3	17,6	32,7	24,4
Sudoeste Goiano	21,0	16,6	33,6	28,8
Sul Goiano	19,1	17,7	34,2	29,0

Fonte: Cadastro Único de março de 2018.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas– 2018.

Tabela 3 - Faixa de renda familiar *per capita* (R\$) em relação ao total das famílias cadastradas, que recebem Bolsa Família e das que não recebem (%).

Renda familiar <i>per capita</i>	Total	PBF	Sem PBF
até R\$85,00	26,5	82,3	17,7
R\$85,01 a R\$170,00	20,4	72,7	27,3
R\$170,01 a 1/2 S.M.	31,8	13,6	86,4
acima de 1/2 a 3 S.M.	21,3	0,0	100,0

Fonte: Cadastro Único de março de 2018.

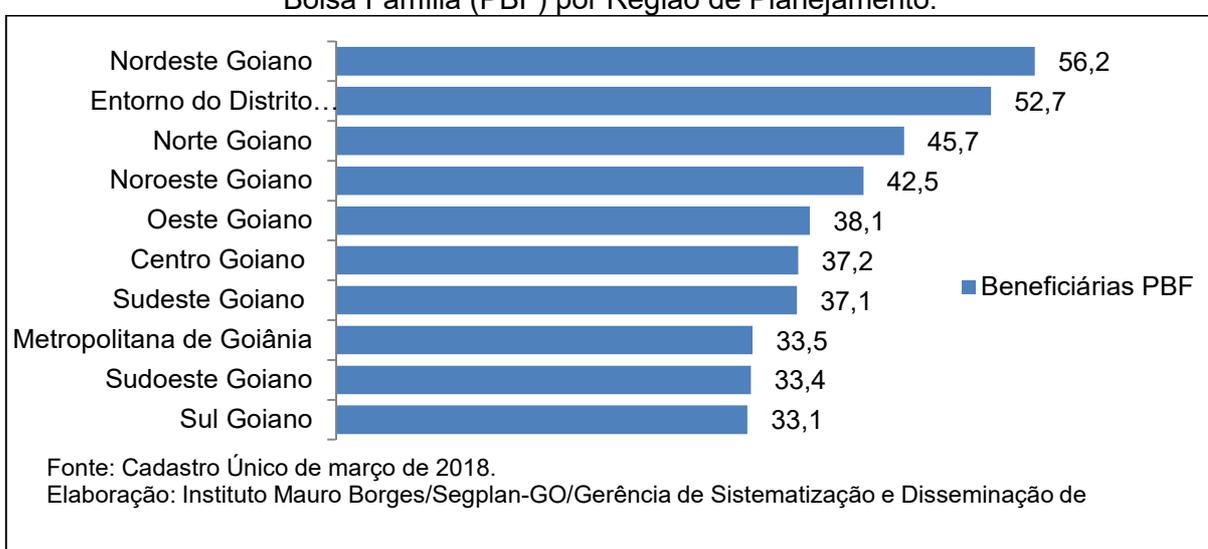
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas– 2018.

Nota: Outros refere-se à empregador, trabalhador não remunerado, estagiário e aprendiz.

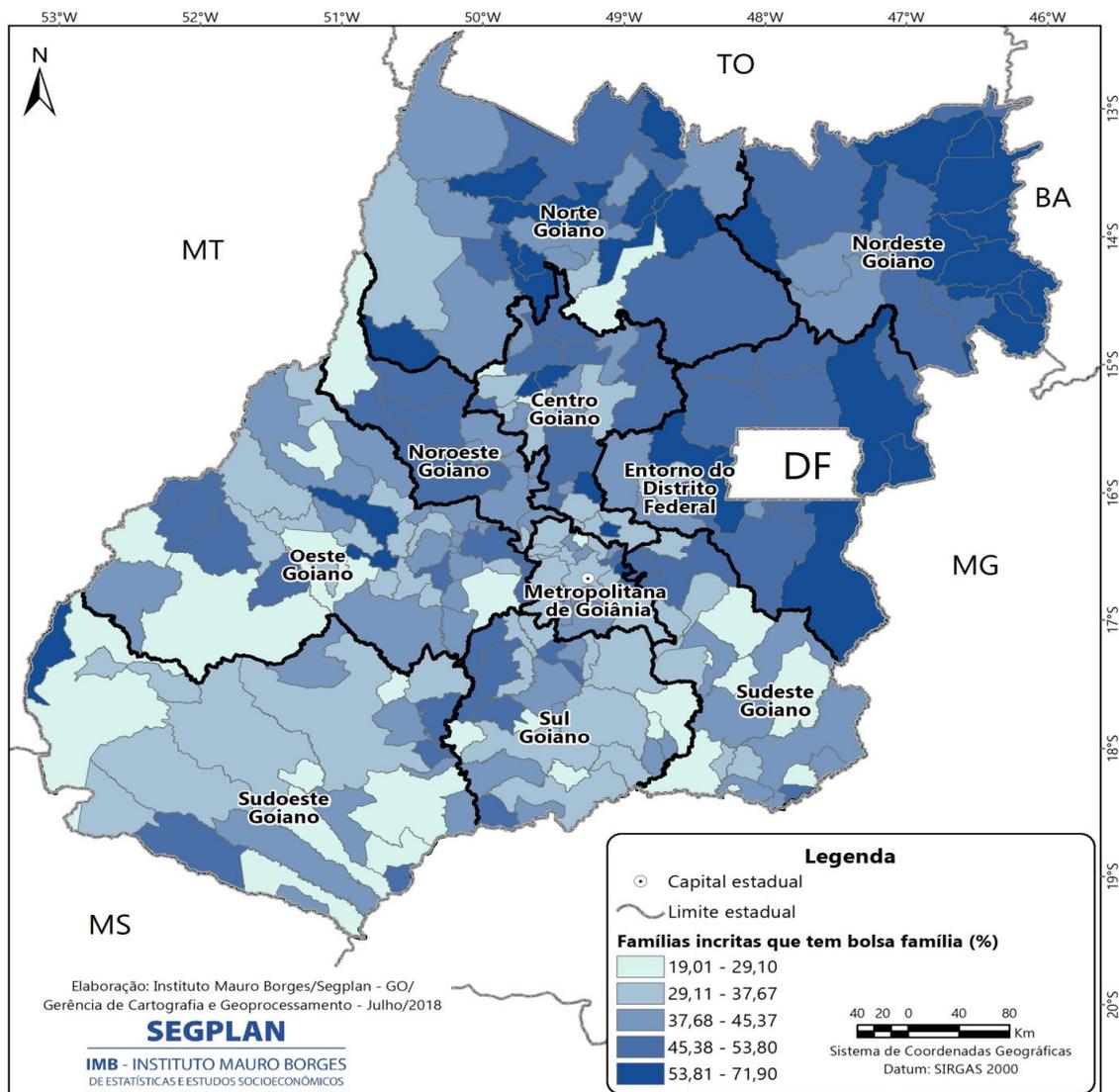
Dentre as famílias inscritas no CadÚnico, tem-se que as regiões Nordeste Goiano e Entorno do Distrito Federal têm mais da metade de suas famílias inscritas recebendo Bolsa Família, enquanto que as regiões Sul Goiano, Sudoeste Goiano e Metropolitana de Goiânia, aproximadamente 33% das famílias estão no programa (

Gráfico 5 e Mapa 2 (Mapa 2).

Gráfico 5 - Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico que fazem parte do Programa Bolsa Família (PBF) por Região de Planejamento.



Mapa 2 - Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico que participam do Programa Bolsa Família (PBF) em Goiás.



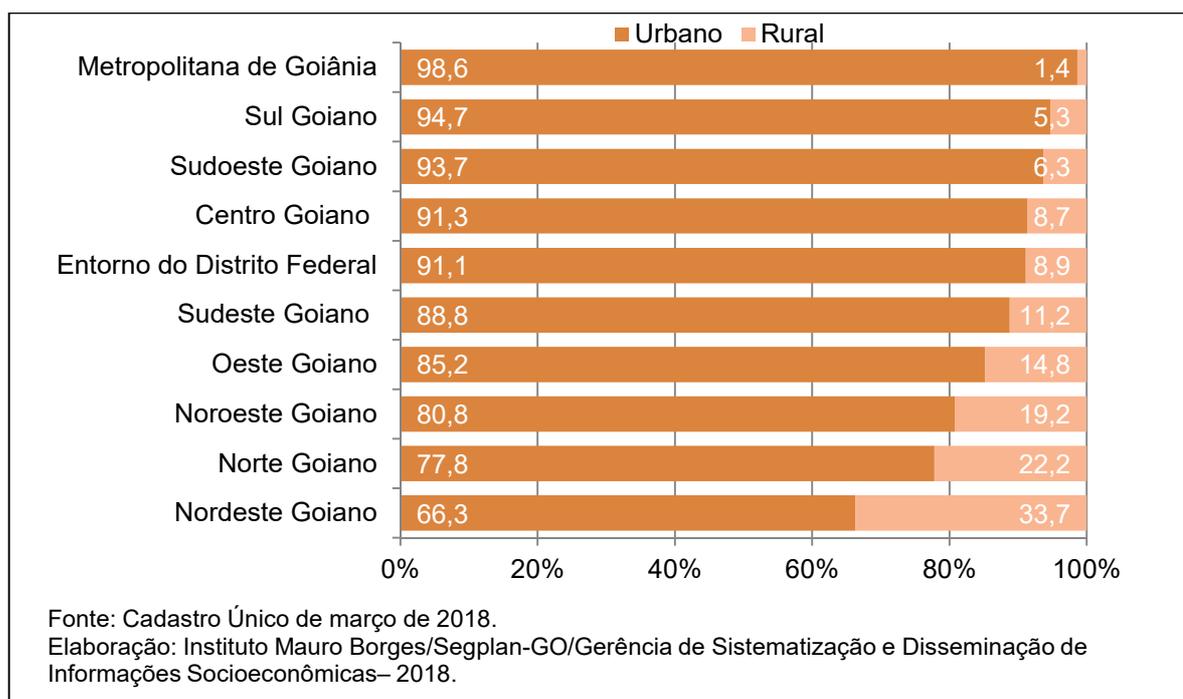
Uma das formas de medir a condição de bem-estar das famílias é por meio da oferta de serviços básicos ao domicílio, por isso foi pontuado o acesso das famílias cadastradas no CadÚnico sobre serviços de escoamento sanitário, água encanada, coleta de lixo e acesso à energia elétrica. Isso possibilitou o apontamento de algumas das carências desse público, sem dúvida, correlacionadas à renda.

5 Características dos domicílios

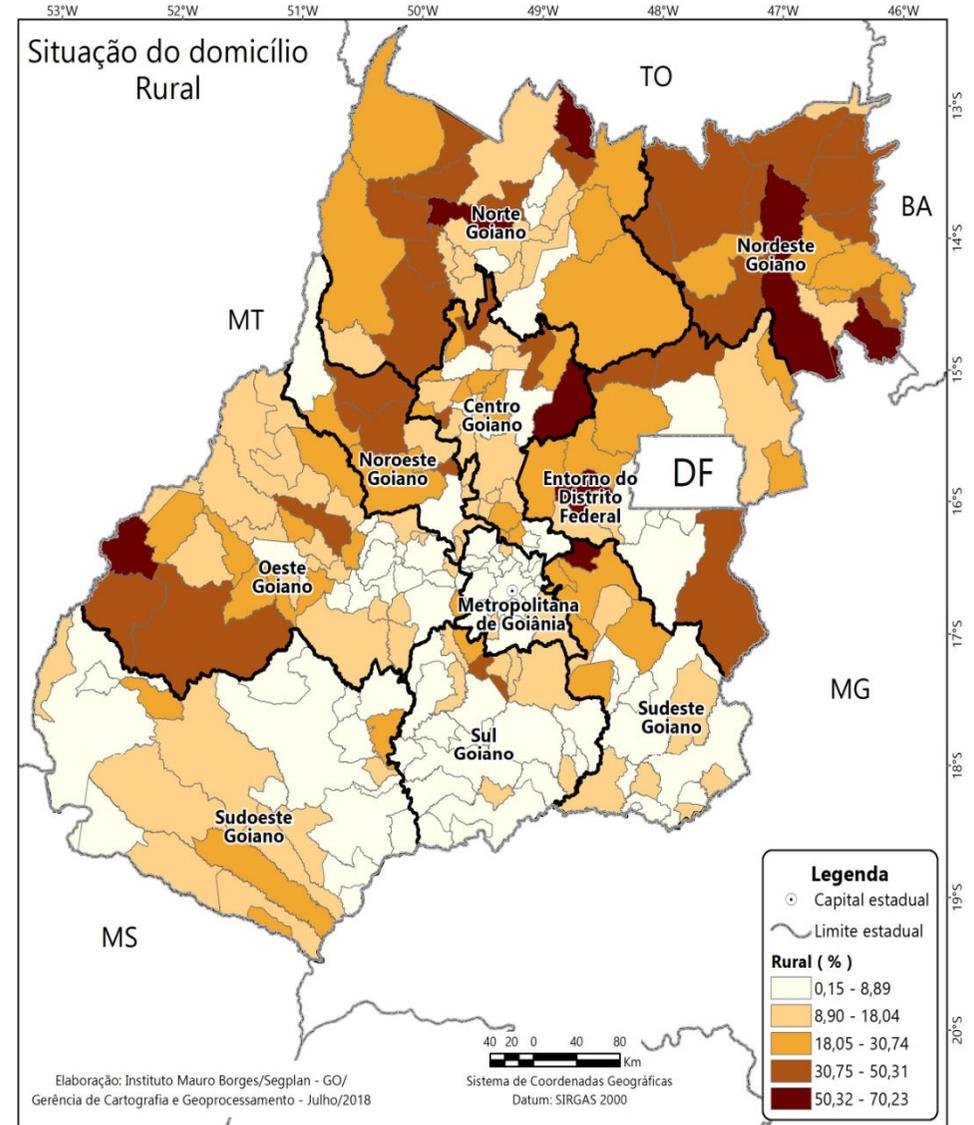
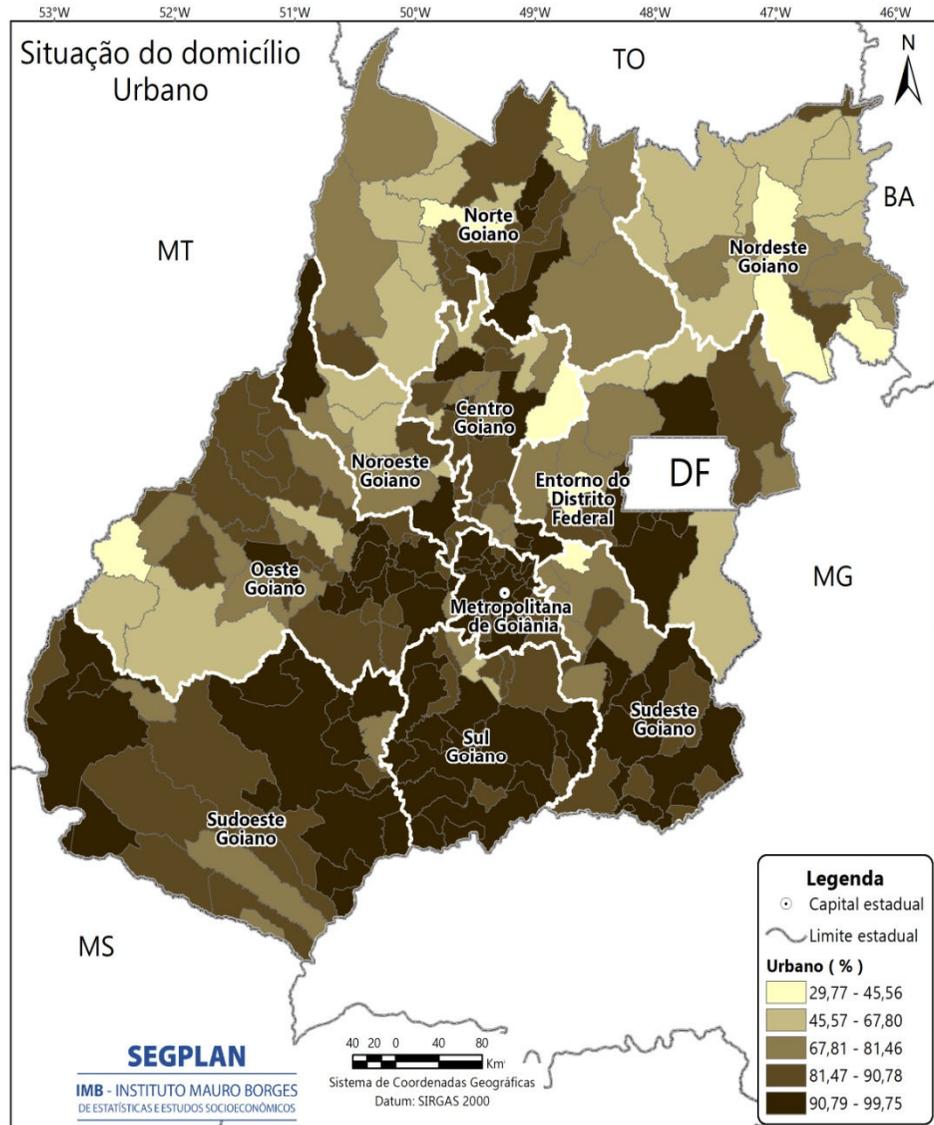
A maioria das famílias cadastradas está situada na área urbana, cerca de 90%, o que condiz com o fato de o estado de Goiás apresentar uma taxa de urbanização acima de 90% (PNAD-2015). No entanto, a distribuição dessas famílias, conforme a localização urbana e rural, não se dá de maneira uniforme (Gráfico 6). Nota-se que a Região Metropolitana é a que apresenta maior número de famílias na região urbana (98,6%), em

contrapartida, a Região Nordeste é a que apresenta o menor número (66,3%). Por meio do Mapa 3, fica mais evidente que a Região Nordeste apresenta os municípios com menor número de cadastrados na região urbana. Além disso, é possível verificar a situação de cada município em relação ao número de famílias cadastradas para área urbana e rural (Mapa 3).

Gráfico 6 - Localização dos domicílios das famílias cadastradas.



Mapa 3 - Situação do Domicílio das famílias cadastradas.



O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.

O escoamento adequado do esgoto é de extrema importância tanto para a proteção da saúde pública quanto para a preservação do meio ambiente. A falta de tratamento adequado para o escoamento sanitário contribui para a proliferação de inúmeras doenças parasitárias e infecciosas e também colabora para a degradação das águas.

Em Goiás, 52% das famílias cadastradas possuem escoamento sanitário adequado. Como pode ser visto no Gráfico 7, as regiões Sul (67,7%) e Sudoeste (64,8%) do estado são as que apresentam maiores índices de adequação. Já as regiões Oeste (45,2%), Norte (42,9%), Nordeste (40%) e Entorno do Distrito Federal (39,2%) apresentam índices de adequação menores que 50%. Destaca-se que para o estado de Goiás, com base em informações de Saneamento de Goiás S/A - Saneago, o percentual da População atendida com esgoto era de 57% no ano de 2017, 5 pontos percentuais (p.p) acima das famílias cadastradas no CadÚnico.

O abastecimento de água é essencial para melhorar as condições de vida da população vulnerável, sobretudo, em razão do impacto na saúde dessas famílias.

Em relação ao serviço de água canalizada, os valores referentes à população atendida como um todo e a população cadastrada não há grande diferença. Para a primeira, tem-se 96,8% e para segunda, 95,2%. Ainda, da mesma maneira que ocorre no escoamento sanitário, a água canalizada não chega uniforme para toda população, havendo diferenças entre as regiões de planejamento. Aqui também as regiões Norte, Nordeste e Entorno do Distrito Federal são as mais afetadas com a falta de água canalizada (Gráfico 8).

Gráfico 7 - Percentual de famílias com acesso ao escoamento sanitário adequado ou não.

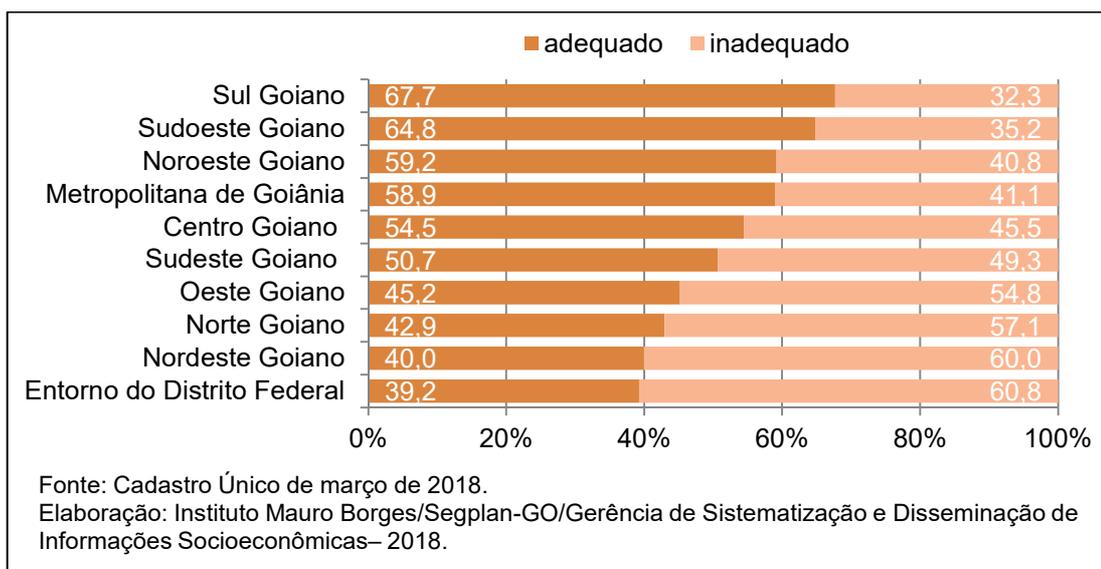
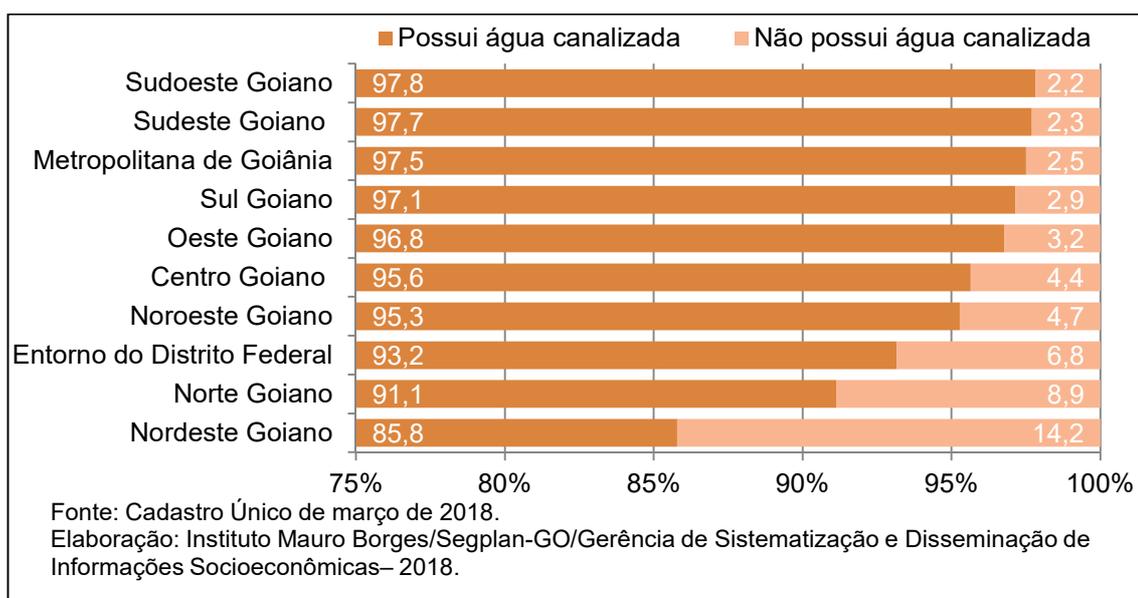


Gráfico 8 - Percentual de famílias com acesso ao serviço de abastecimento de água.



O serviço de coleta de lixo é indispensável para a manutenção da saúde pública e do meio ambiente. O lixo acumulado é um potencial transmissor de doenças por vias indiretas. Além disso, as consequências da disposição inadequada do lixo no meio ambiente são diversas: proliferação de vetores de doenças (como ratos, baratas e micróbios); contaminação de lençóis subterrâneos e do solo pelo chorume (líquido escuro, altamente tóxico, formado na decomposição dos resíduos orgânicos do lixo); poluição do ar, causada pela fumaça proveniente da queima espontânea do lixo exposto.

A maior parte da população cadastrada possui o serviço de coleta de lixo, 91,3% das famílias. Com destaque para a diferença de acesso a esse serviço por região de

planejamento, novamente, as regiões Norte e Nordeste aparecem como as mais prejudicadas (Gráfico 9).

Em relação ao acesso de energia elétrica, cerca de 90% das famílias cadastradas possuem medidor próprio em sua residência. A região Metropolitana apresenta o maior percentual de domicílios com medidor comunitário (11,4%). Além disso, as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maior proporção de domicílios sem medidor de energia elétrica (Gráfico 10).

Gráfico 9 - Percentual de famílias com acesso ao serviço de coleta de lixo.

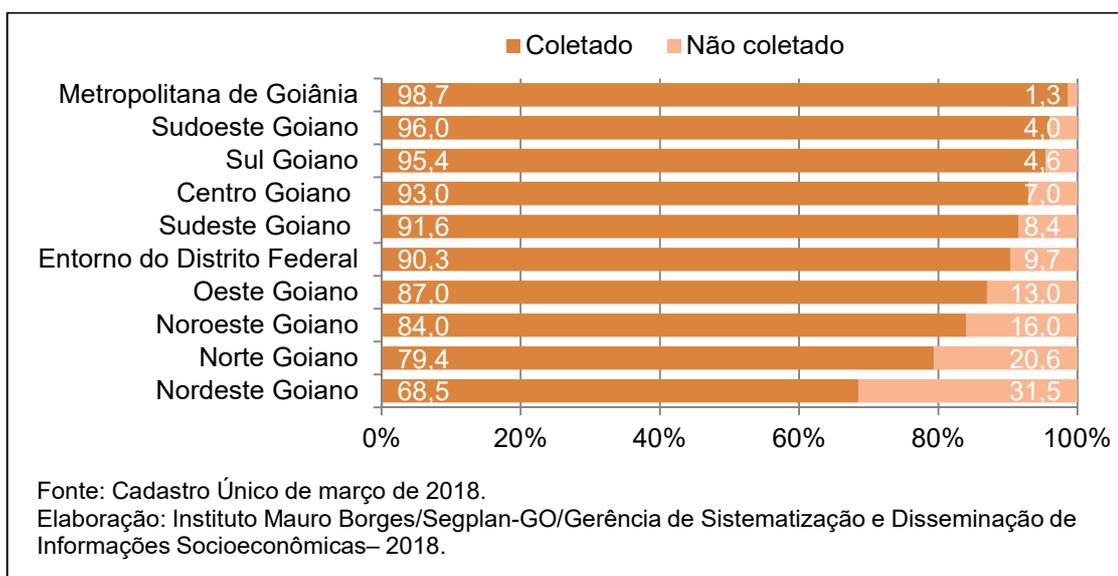
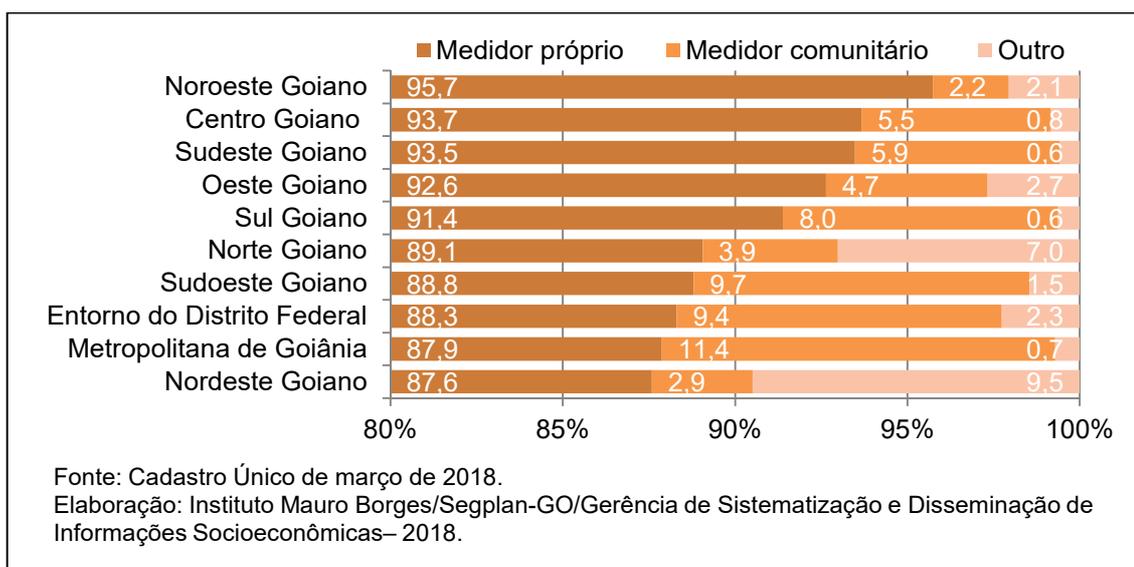


Gráfico 10 - Percentual de famílias com acesso a energia elétrica por formas de medidor.



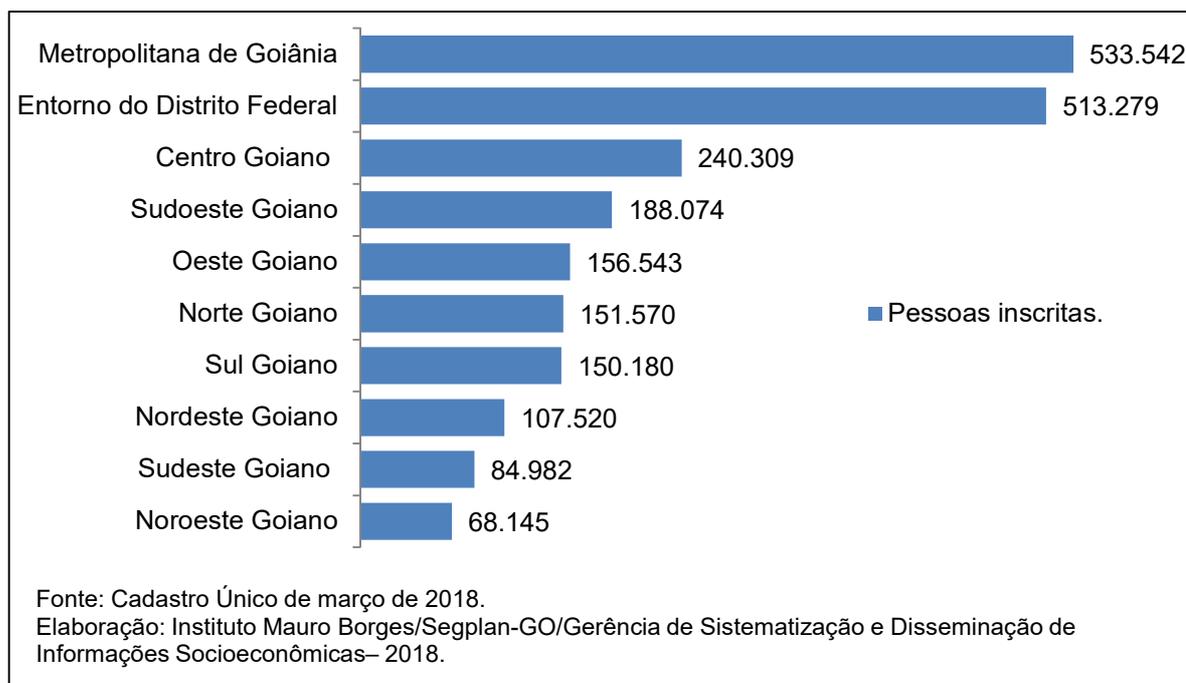
6 Características gerais e educacional das pessoas

O número total de inscritos no CadÚnico, com registro atualizado, em Goiás totaliza 2.194.144 pessoas. Na distribuição por região de planejamento (Gráfico 11), as regiões Metropolitana de Goiânia e Entorno do Distrito Federal apresentam maior número de inscritos, em valor absoluto, o que é esperado por serem as regiões mais populosas.

O

mostra a proporção de pessoas inscritas em relação à população total de cada município. Nota-se que os municípios com maior proporção de inscritos estão nas regiões Norte e Nordeste.

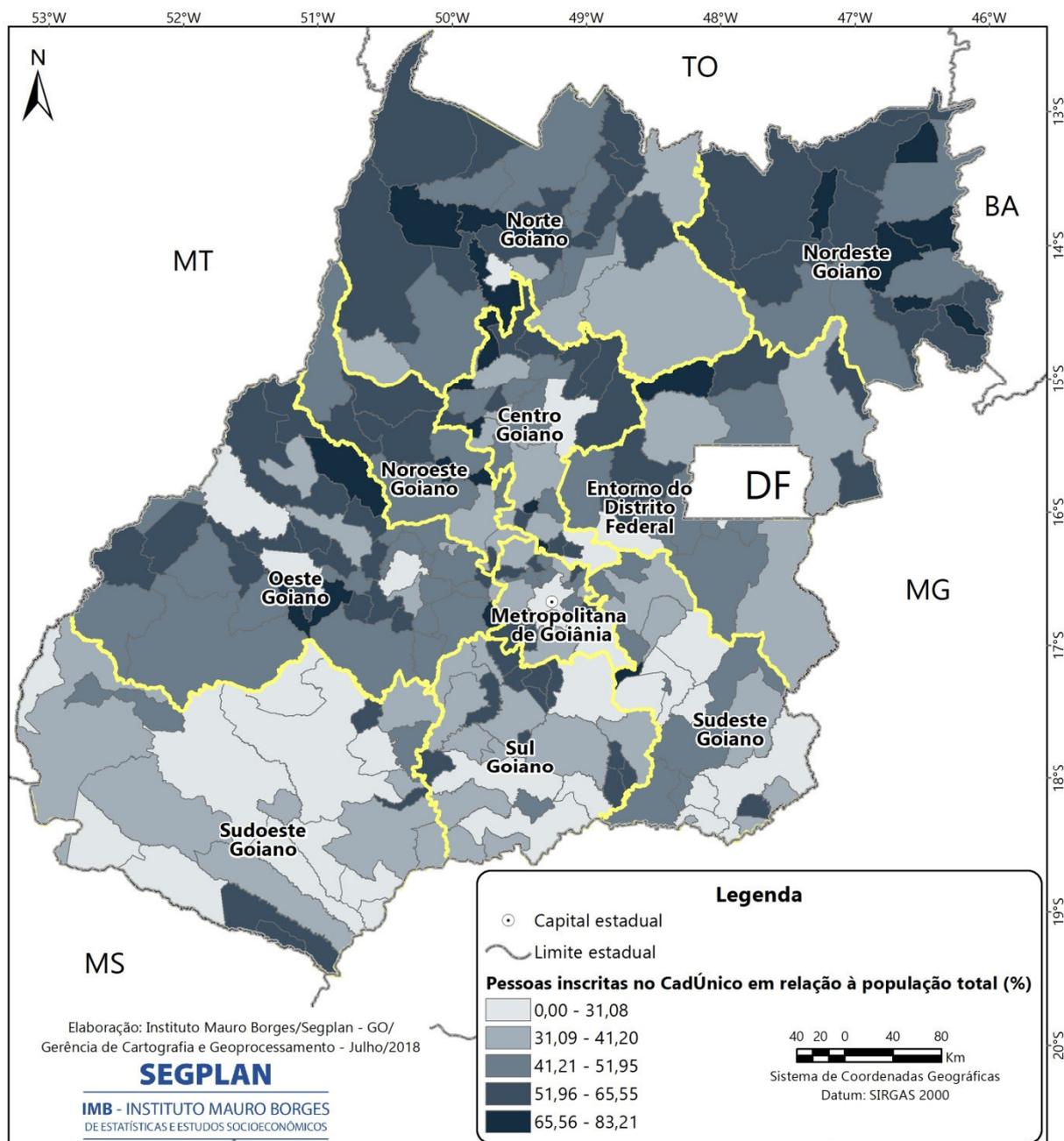
Gráfico 11 - Número de pessoas inscritas no CadÚnico por Regiões de Planejamento.



Goiás possuía 314.678 inscritos no programa Bolsa Família, em março de 2018. O Gráfico 12 apresenta o percentual de pessoas inscritas no CadÚnico que recebem Bolsa Família por região de planejamento. As regiões Nordeste, Entorno do Distrito Federal e Norte são as que proporcionalmente ao número de inscritos no CadÚnico possuem maior número de beneficiados do Bolsa Família. Essas regiões são também as que mais sofrem com falta de acesso aos serviços de escoamento sanitário, de água encanada, de coleta de lixo e de acesso à energia elétrica, como foi visto na seção anterior.

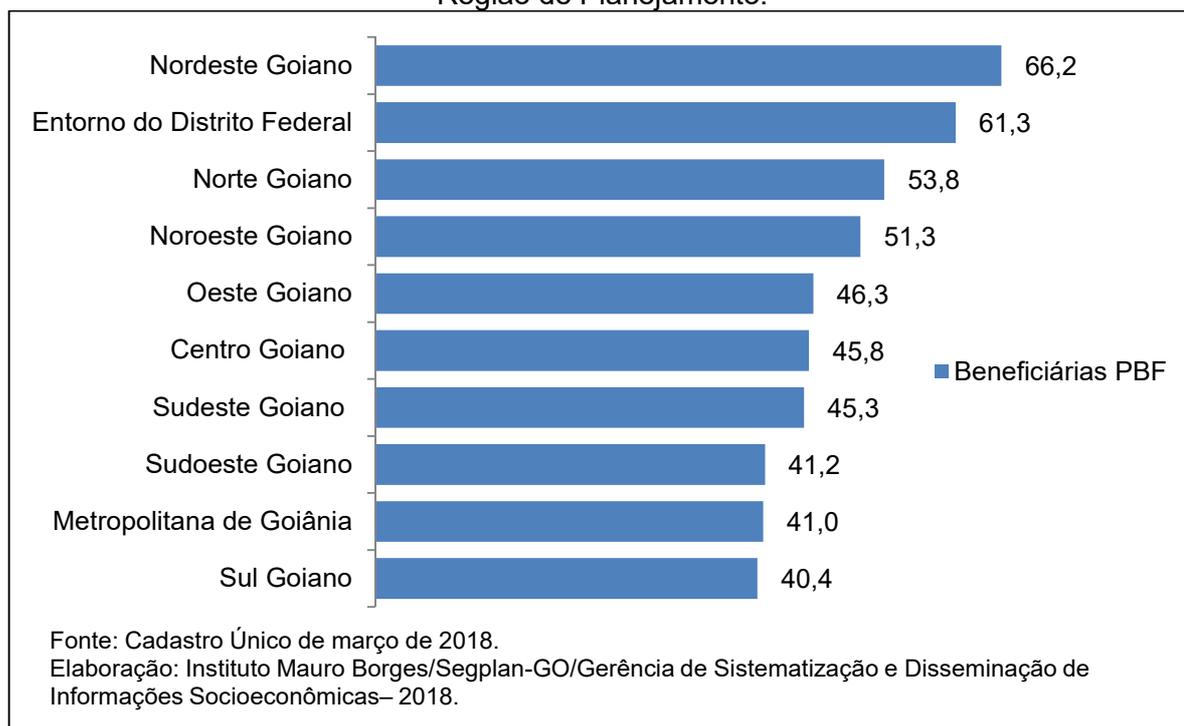
O

Mapa 4 - Pessoas inscritas no CadÚnico em relação à população total (%).

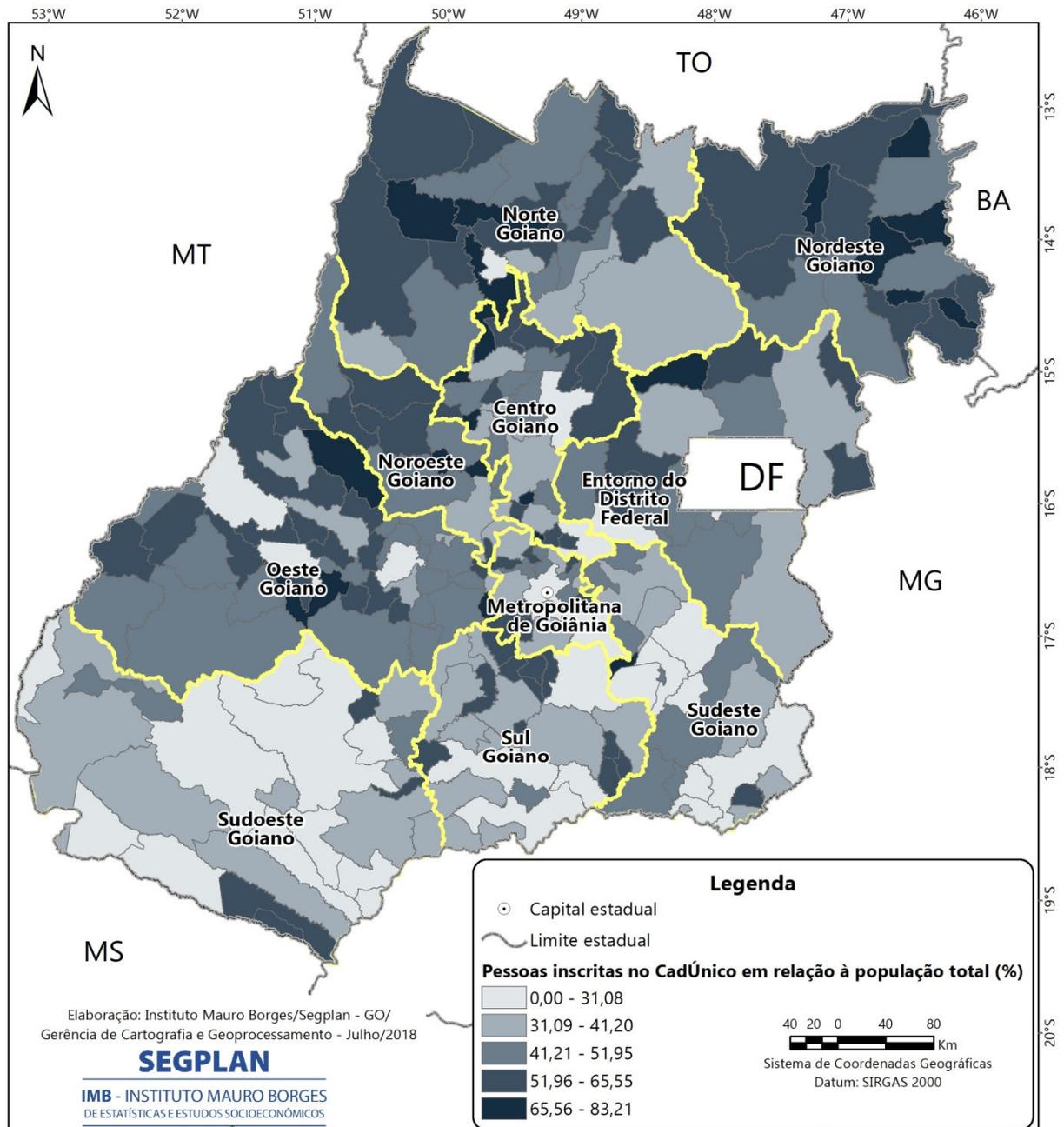


Mapa 5 complementa as informações do Gráfico 12, percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família em relação pessoas inscritas no CadÚnico, com espacialização pelos municípios. Nota-se que as manchas mais escuras, que indicam maior percentual de beneficiários, aparecem nos municípios pertencentes às regiões Nordeste, Entorno do Distrito Federal e Norte. Já o Mapa 6, apresenta o percentual de beneficiários do Bolsa Família em relação ao total da população, em conformidade com os resultados anteriores, as manchas mais escuras, que indicam maior proporção, aparecem nos municípios das três regiões de planejamento já citadas.

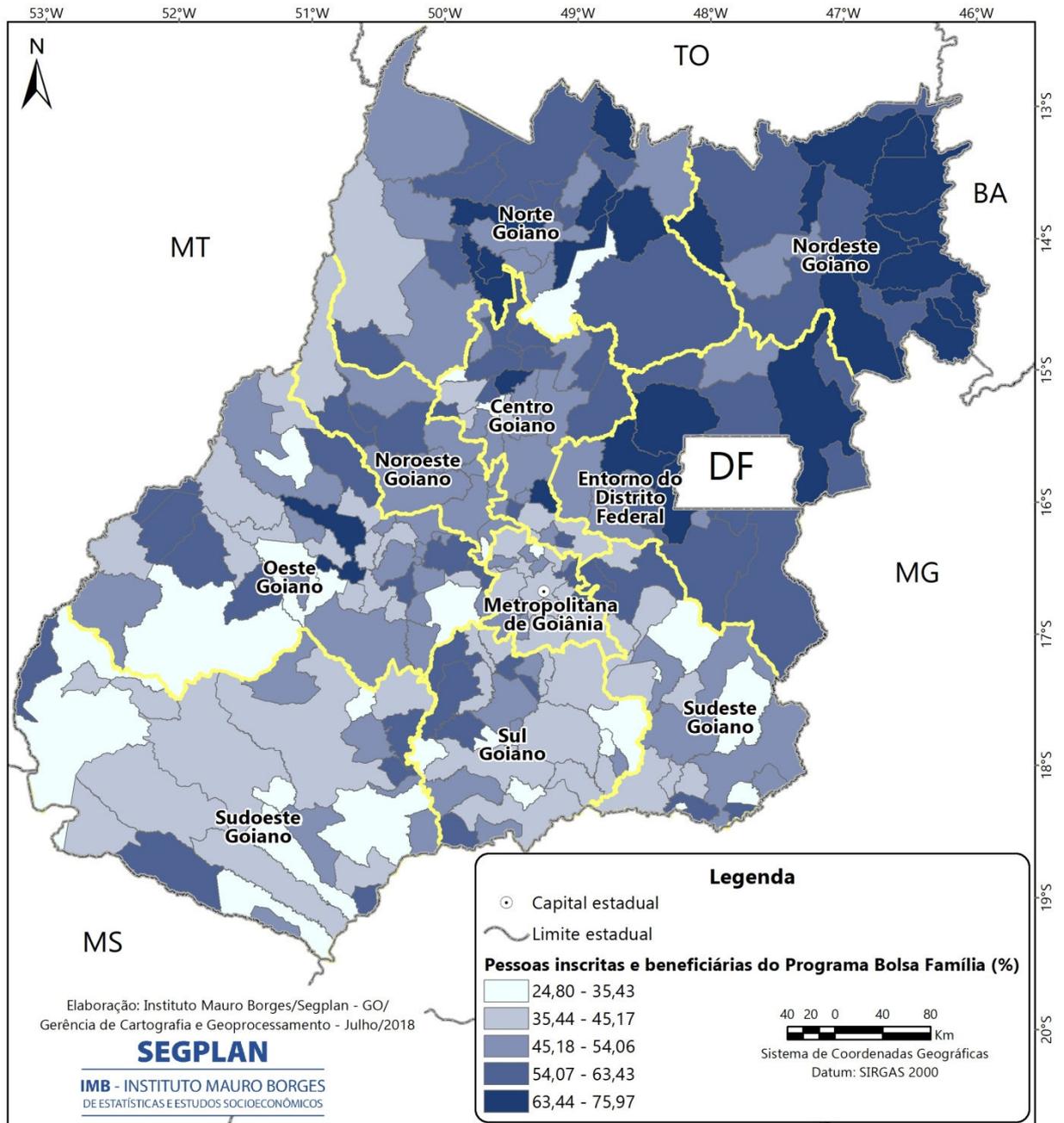
Gráfico 12 - Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico que recebem Bolsa Família por Região de Planejamento.



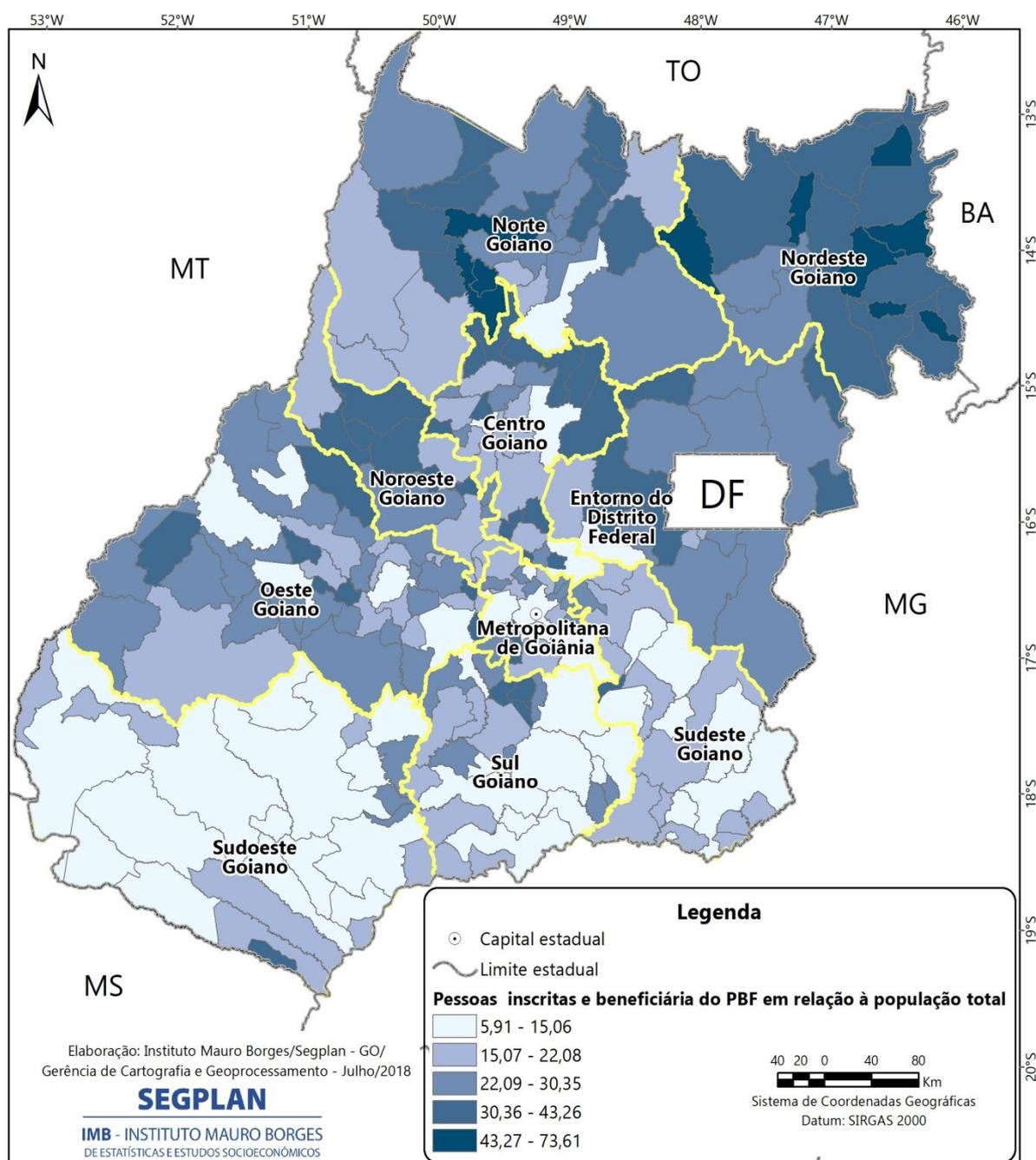
Mapa 4 - Pessoas inscritas no CadÚnico em relação à população total (%).



Mapa 5 - Pessoas inscritas e beneficiárias do Programa Bolsa Família (%).

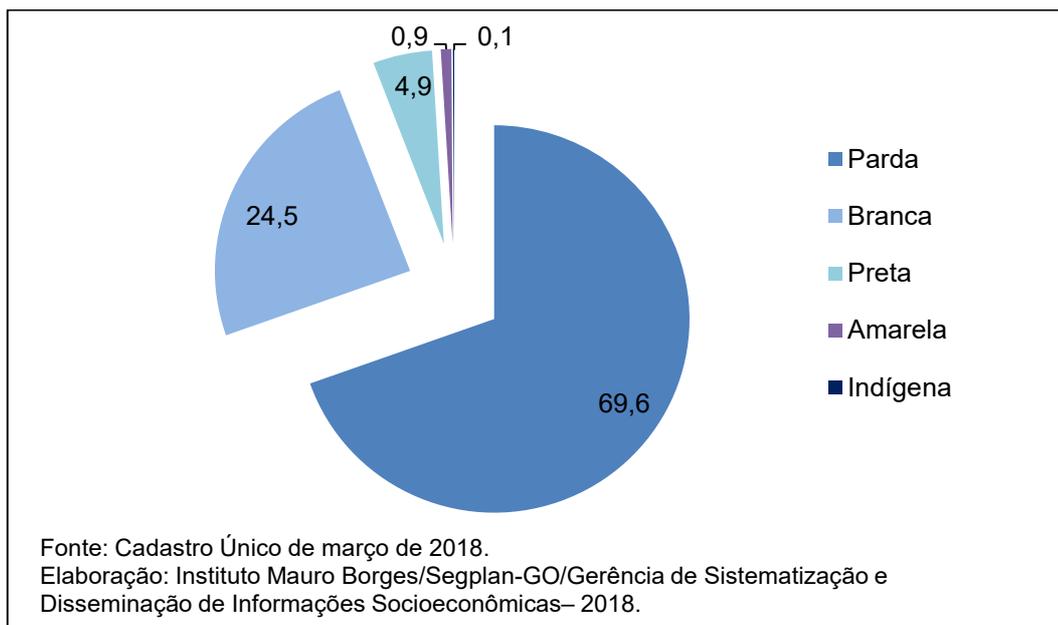


Mapa 6 - Pessoas inscritas e beneficiárias do Programa Bolsa Família em relação à população total (%).



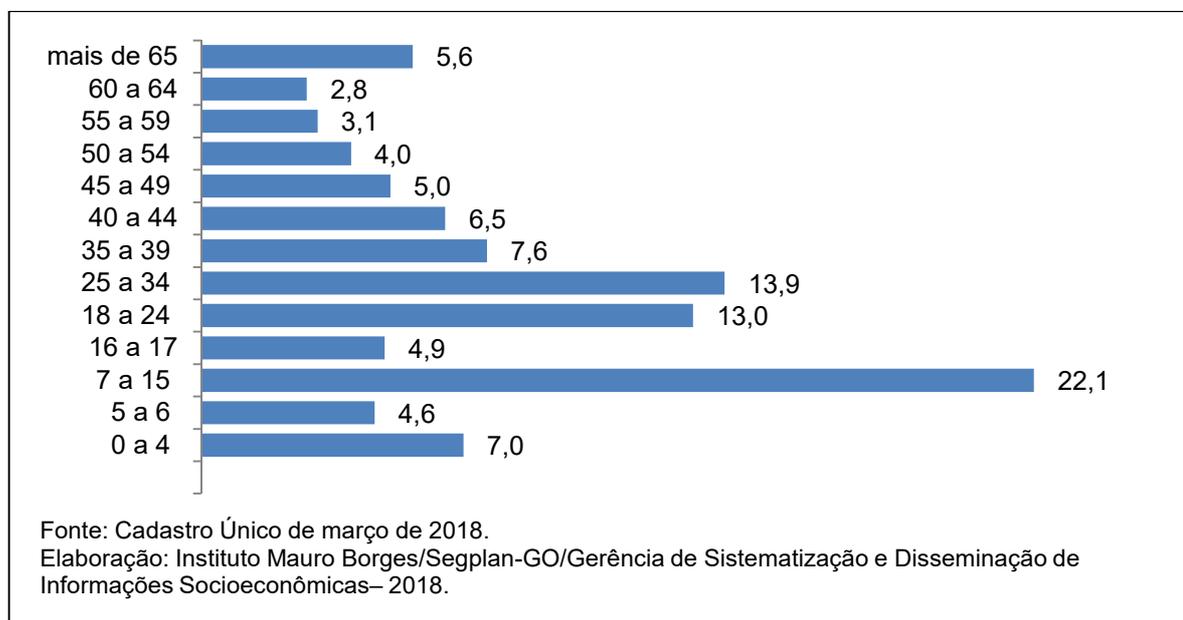
Em relação à cor, conforme Gráfico 13, a maioria das pessoas declarou-se de cor parda (69,9%), seguido por branca (24,5%).

Gráfico 13 - Distribuição dos cadastrados no CadÚnico pela cor.



O Gráfico 14 apresenta a distribuição dos cadastrados por faixa etária. A maior parte dos cadastrados são crianças de 7 a 15 anos, o que pode indicar que a presença de crianças aumenta a vulnerabilidade das famílias.

Gráfico 14 - Distribuição etária dos cadastrados em anos de idade.

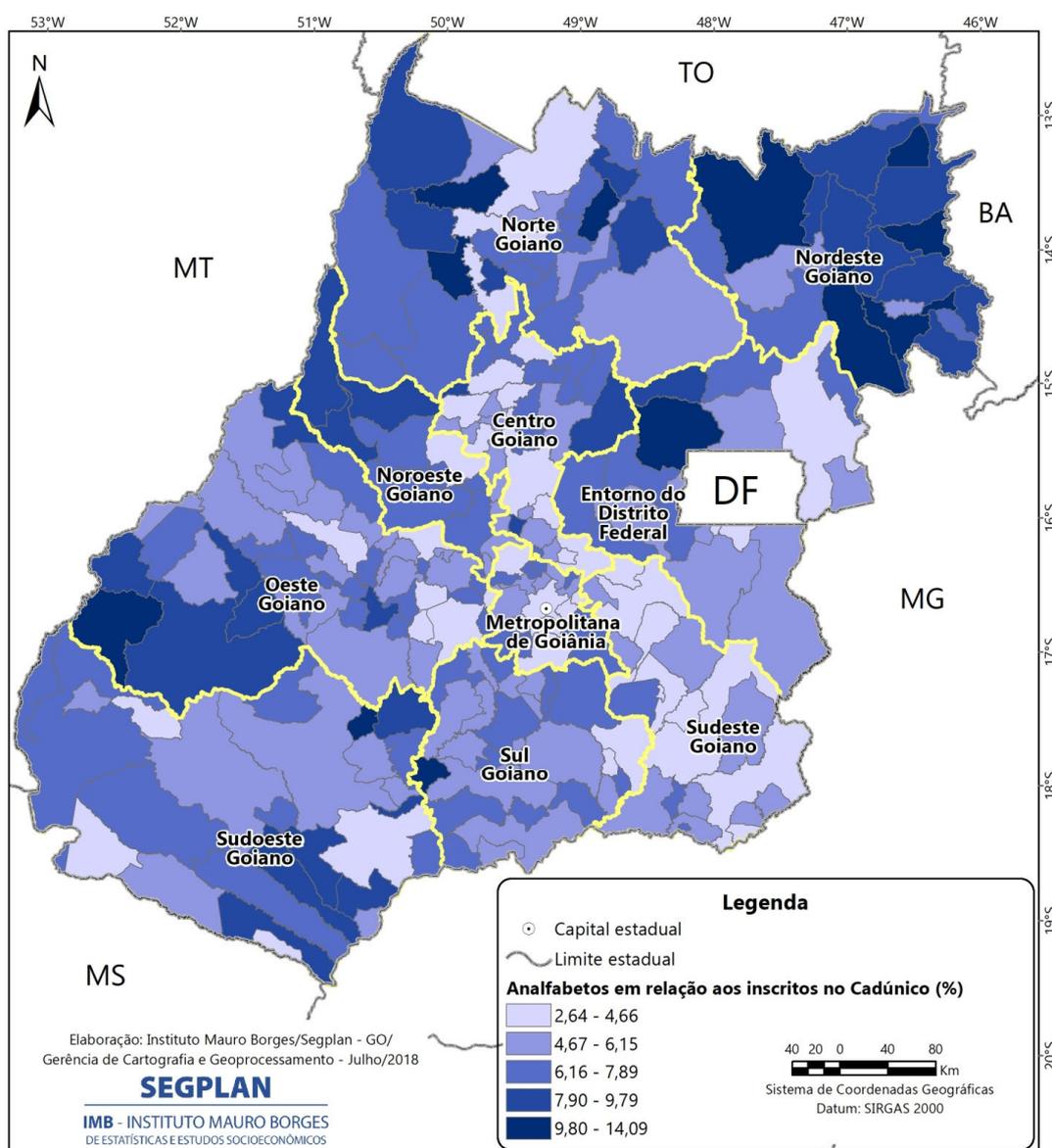


Outra característica que impacta na vulnerabilidade das famílias é o acesso a educação. Dessa maneira, a Lei nº 13.005, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2024), tem a erradicação do analfabetismo como a primeira diretriz do PNE (Art. 2º, inciso I). Para atingir esse objetivo, o tema aparece ainda em duas metas do

PNE: a meta 5 preconiza alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; a meta 9 propõe erradicar o analfabetismo da população com 15 anos ou mais até o final da vigência do PNE e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Os analfabetos com mais de 15 anos representam 5,3% dos inscritos no CadÚnico no Estado de Goiás. No entanto, a distribuição no território goiano não é uniforme, sendo que a maior proporção de analfabetos está nas regiões Nordeste, Norte, Noroeste e Oeste (Mapa 7).

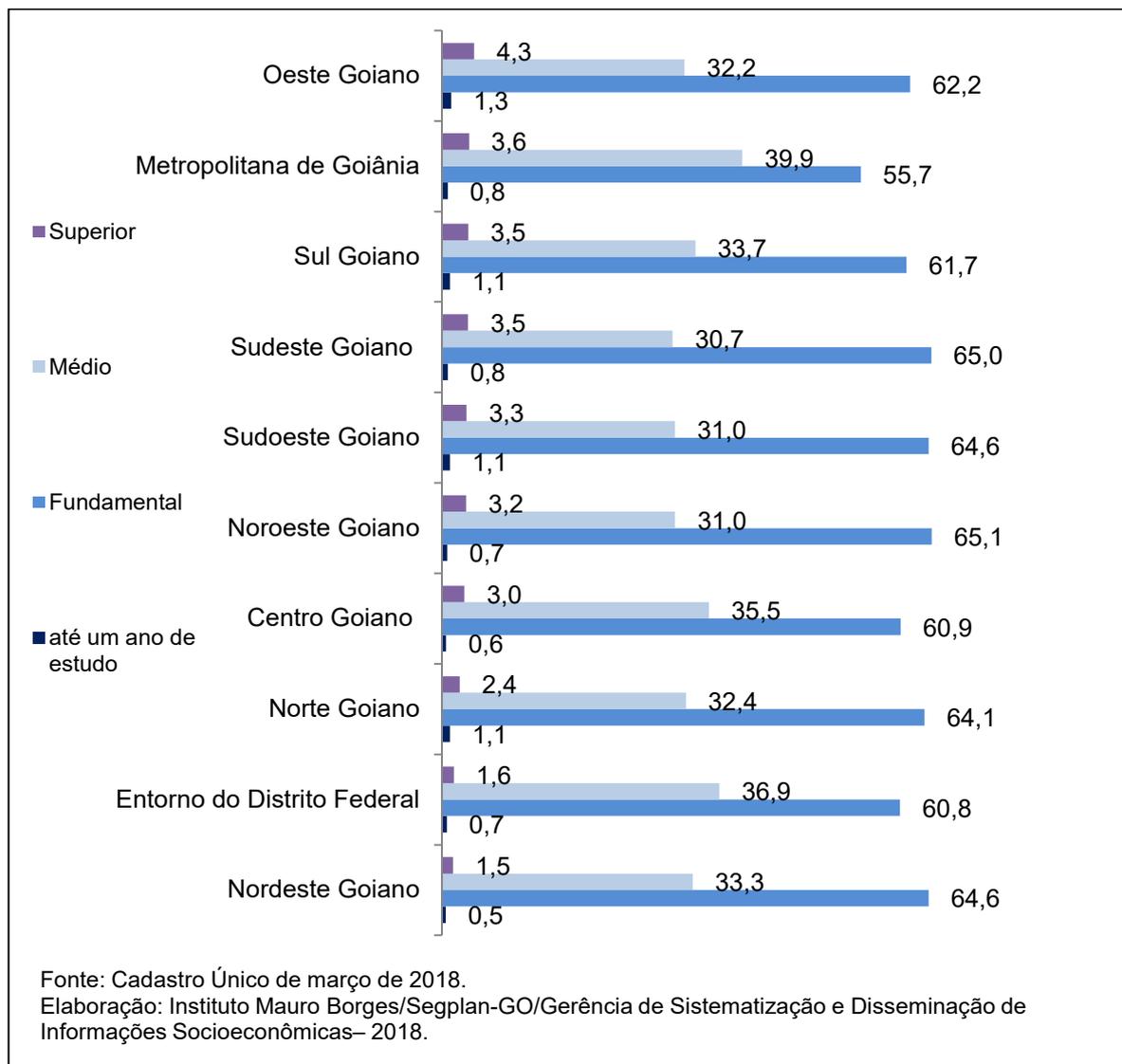
Mapa 7 - Analfabetos em relação aos inscritos no CadÚnico (%).



Considerando as pessoas com mais de 25 anos cadastradas, a maioria tem apenas o ensino fundamental (60,8%). Esse dado revela, que mesmo com os avanços da educação em Goiás, ainda existe uma quantidade grande de adultos com pouca escolaridade. Já as pessoas com nível médio (35,4%) ou superior (3%) representam 38,4% dos inscritos, uma

escolaridade que permite aos indivíduos acessarem melhores ocupações no mercado de trabalho. O Gráfico 15, mostra essa informação por região de Planejamento.

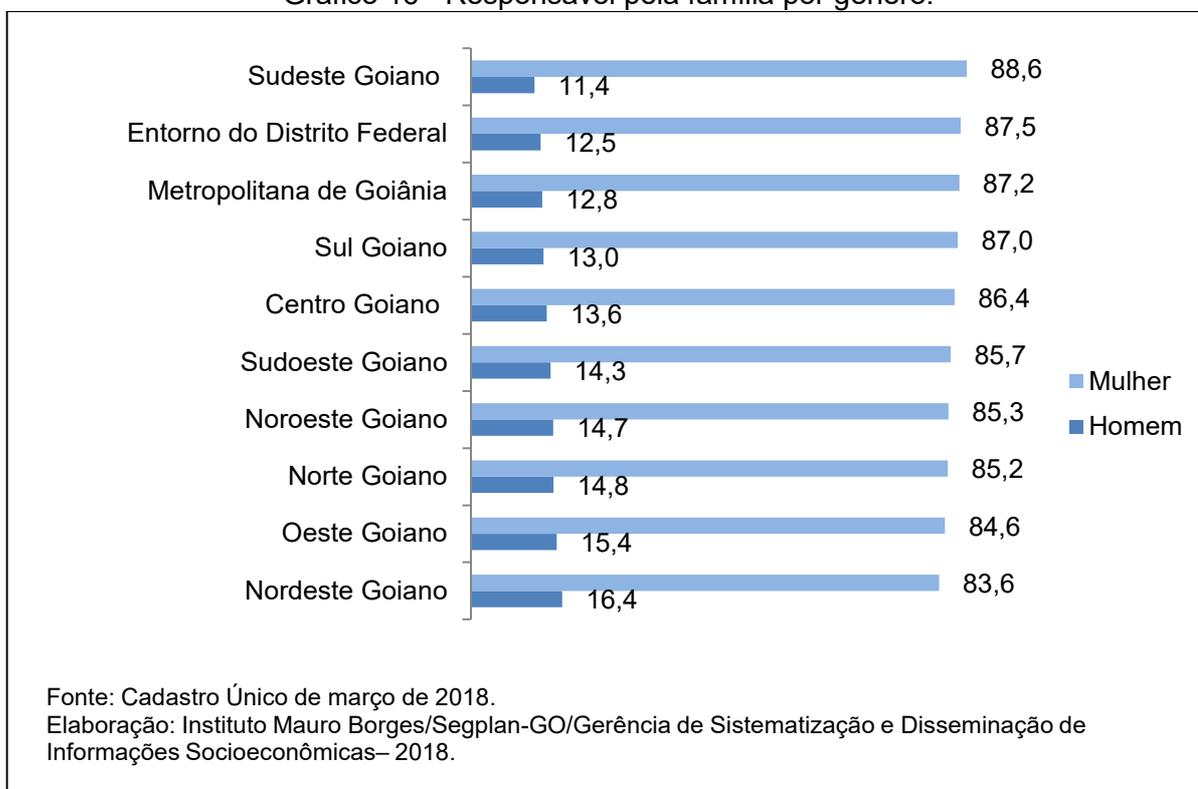
Gráfico 15 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico.



Outra característica relevante sobre os inscritos no CadÚnico de Goiás é o fato de 86,5% dos responsáveis pelas famílias serem do sexo feminino. Essa característica das famílias cadastradas, ter como predominante o arranjo monoparental feminino, evidencia a vulnerabilidade desse tipo de arranjo familiar. Pode-se relacionar essa vulnerabilidade ao fato de que não exista outra pessoa no domicílio para a divisão das tarefas de cuidado e de manutenção econômica da família. Além disso, destaca-se que as mulheres sofrem diversos preconceitos que impõem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. No Gráfico 16, vê-se o percentual de mulheres responsáveis pela família por região de planejamento.

Assim, a próxima seção trata da inserção dos cadastrado no CadÚnico no mercado de trabalho.

Gráfico 16 - Responsável pela família por gênero.

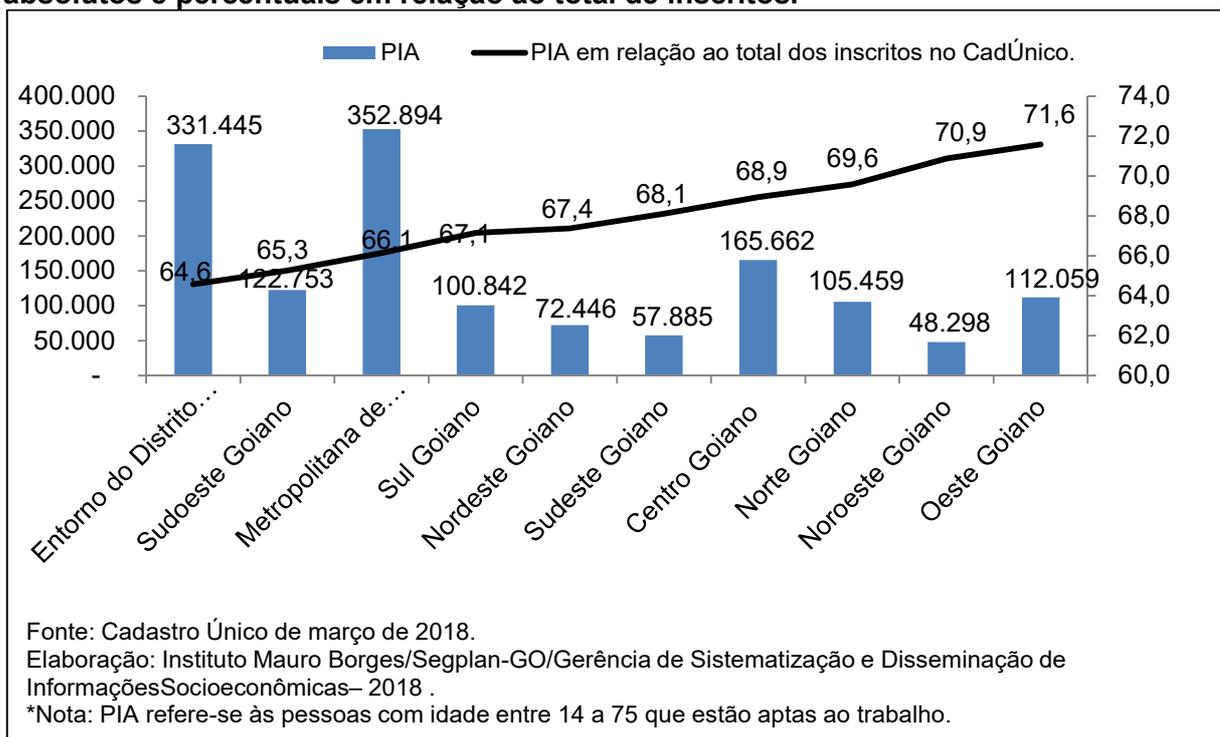


7 Mercado de trabalho

De modo geral, as pessoas que estão cadastradas no CadÚnico vivem em situação de pobreza e a maioria está sem emprego. Em todo o estado, das pessoas inscritas no CadÚnico, há 1.469.743 pessoas em idade ativa (PIA), isso corresponde a 67% (2.194.144).

O Gráfico 17 apresenta em números absolutos o total da PIA por Regiões de Planejamento e o quanto representam em relação ao total de inscritos. Nota-se que mais de 60% das pessoas estão em disponibilidade para o trabalho, sendo que para as regiões Noroeste e Oeste Goiano passam de 70%.

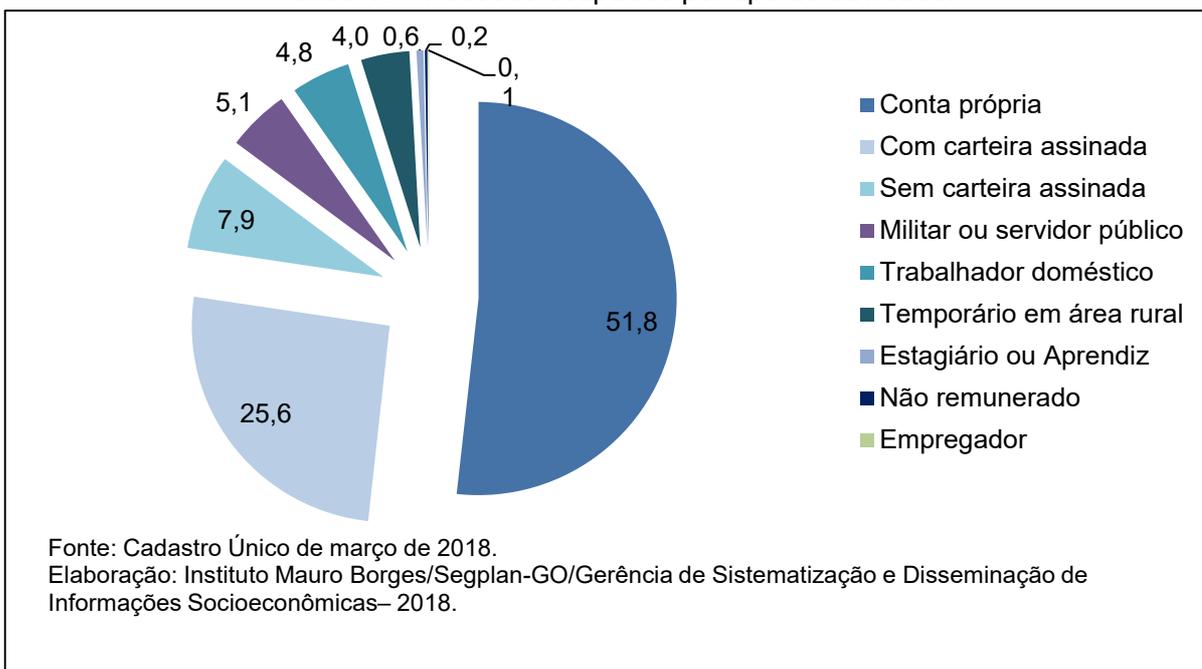
Gráfico 17 - População em idade ativa (PIA)* por Regiões de Planejamento, números absolutos e percentuais em relação ao total de inscritos.



Devido às várias restrições que passam as pessoas de baixa renda, tanto no âmbito físico (precariedade da moradia e do acesso aos serviços básicos de saneamento), quanto cultural (acesso à educação e ao lazer), adentram o mercado de trabalho informal, alimentando um ciclo vicioso da pobreza.

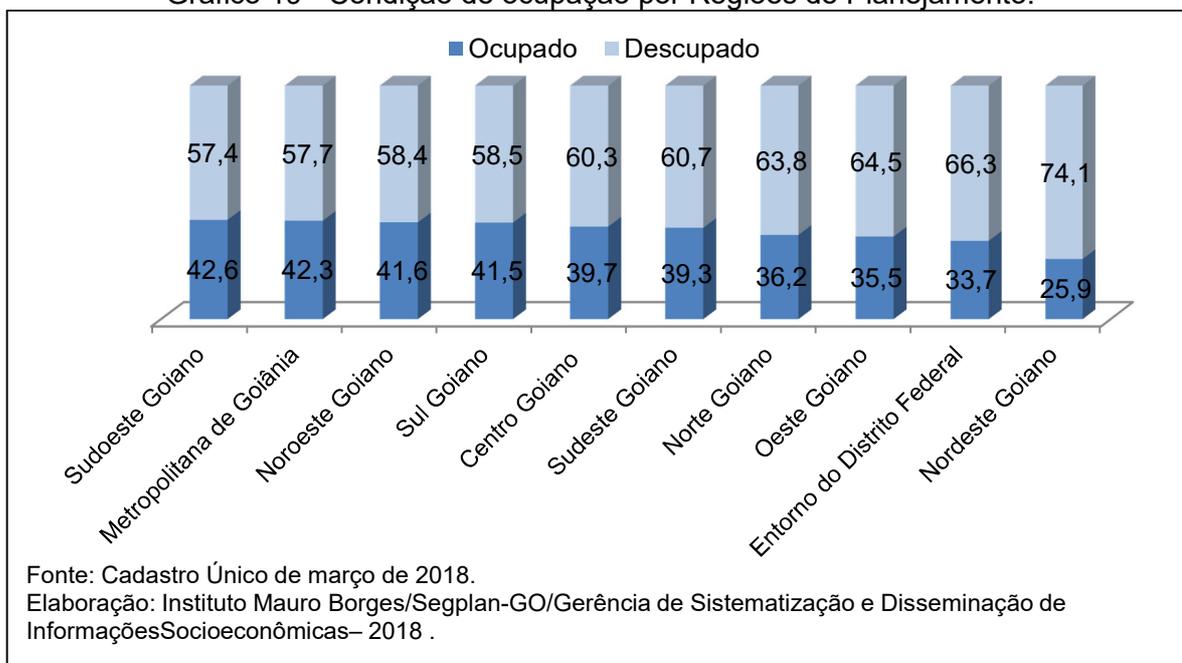
Dessa forma, o Gráfico 18 mostra a distribuição das pessoas ocupadas em relação ao tipo de atividade profissional que exercem - mais da metade (51,8%) trabalham como autônomos (conta própria) e apenas 25,6% possuem carteira de trabalho assinada. Ademais, ao considerar uma classificação ampliada da informalidade – ao somar os dados de trabalhador por conta própria, trabalhador doméstico sem carteira assinada, temporário em área rural, empregado sem carteira assinada e empregador - Goiás tem 67,2% dos cadastrados no mercado de trabalho informal (Mapa 7). Isso pode ser explicado pelos baixos níveis educacionais das pessoas inscritas no CadÚnico como apresentado na seção anterior (Gráfico 15), em que o nível fundamental é a escolaridade média predominante - mais de 60% das pessoas possuem esse nível escolar.

Gráfico 18 - Pessoas ocupadas por tipo de atividade.

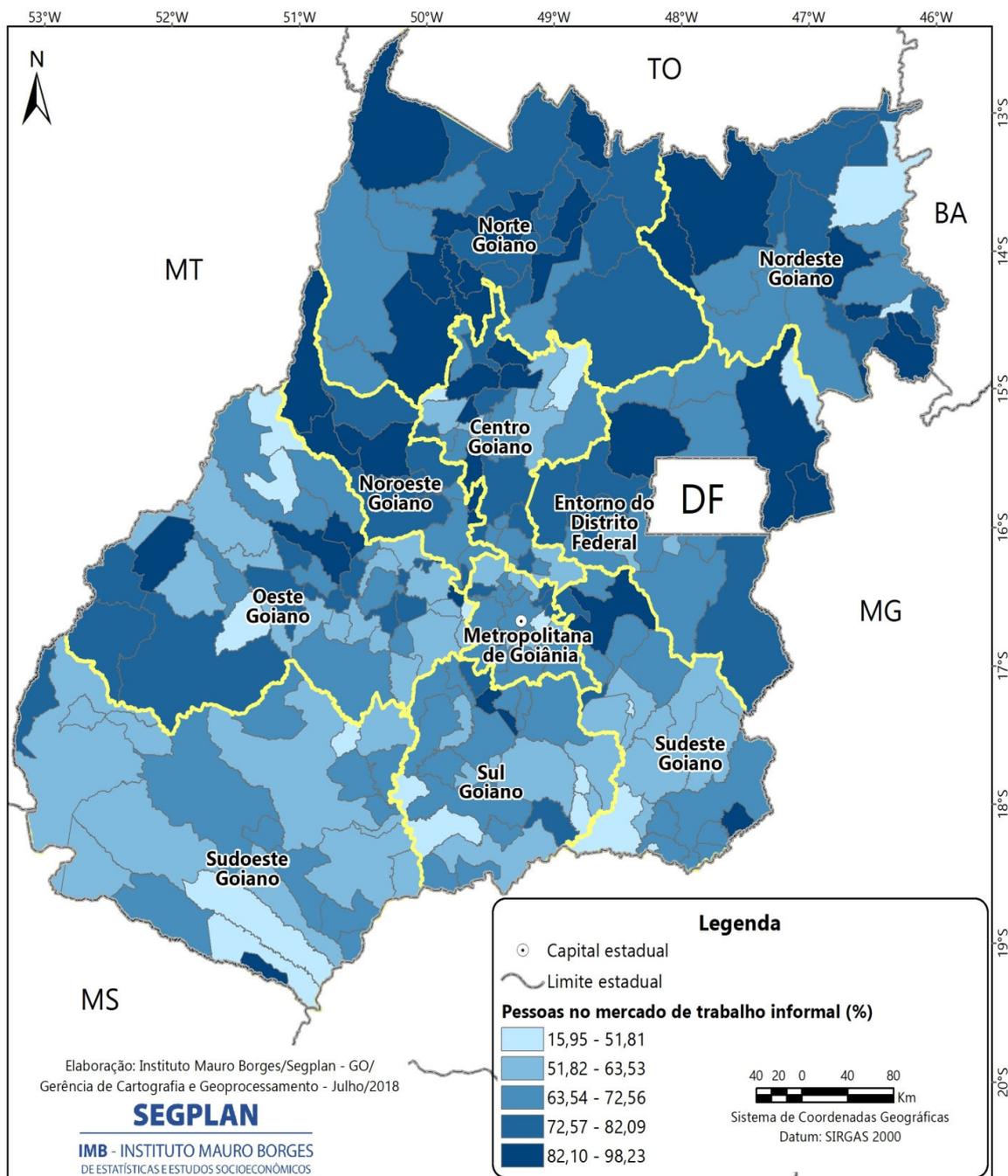


Tem-se que a desocupação atinge mais de 50% das pessoas inscritas no CadÚnico, contudo, o Nordeste Goiano é a região de planejamento em que há o percentual mais elevado de desocupados proporcionalmente (74,1%). Já a região Sudoeste Goiano apresenta o percentual mais elevado de ocupação, em que 42,6% das pessoas estão ocupadas no mercado de trabalho.

Gráfico 19 - Condição de ocupação por Regiões de Planejamento.



Mapa 7 - Percentual de pessoas ocupadas no mercado de trabalho informal*.



*Nota: Trabalho informal refere-se a: trabalhador por conta própria, trabalhador doméstico sem carteira assinada, temporário em área rural, empregado sem carteira assinada e empregador.

O Norte Goiano chama a atenção por apresentar maior percentual em relação às demais regiões de planejamento nas seguintes áreas: temporário em área rural (13,1%), trabalhador doméstico (9,9%) e menor percentual com carteira assinada (14,2%). Essa região no aspecto de desenvolvimento econômico está entre as regiões menos favorecidas economicamente (Tabela 4).

As regiões que apresentaram maiores percentuais de trabalhadores atuando com carteira de trabalho assinada foram respectivamente: Sul Goiano (31,2%), Metropolitana de

Goiânia (30,7%), Sudoeste Goiano (30,6) e Sudeste Goiano (27,6%). Essas são também as regiões que apresentaram maior rendimento médio mensal (Gráfico 20), embora com valor ainda distante de um salário mínimo (R\$ 954,00). Essas regiões são consideradas, entre as regiões de planejamento, as mais desenvolvidas economicamente do estado.

Tabela 4: Pessoas ocupadas por tipo de ocupação e Regiões de Planejamento.

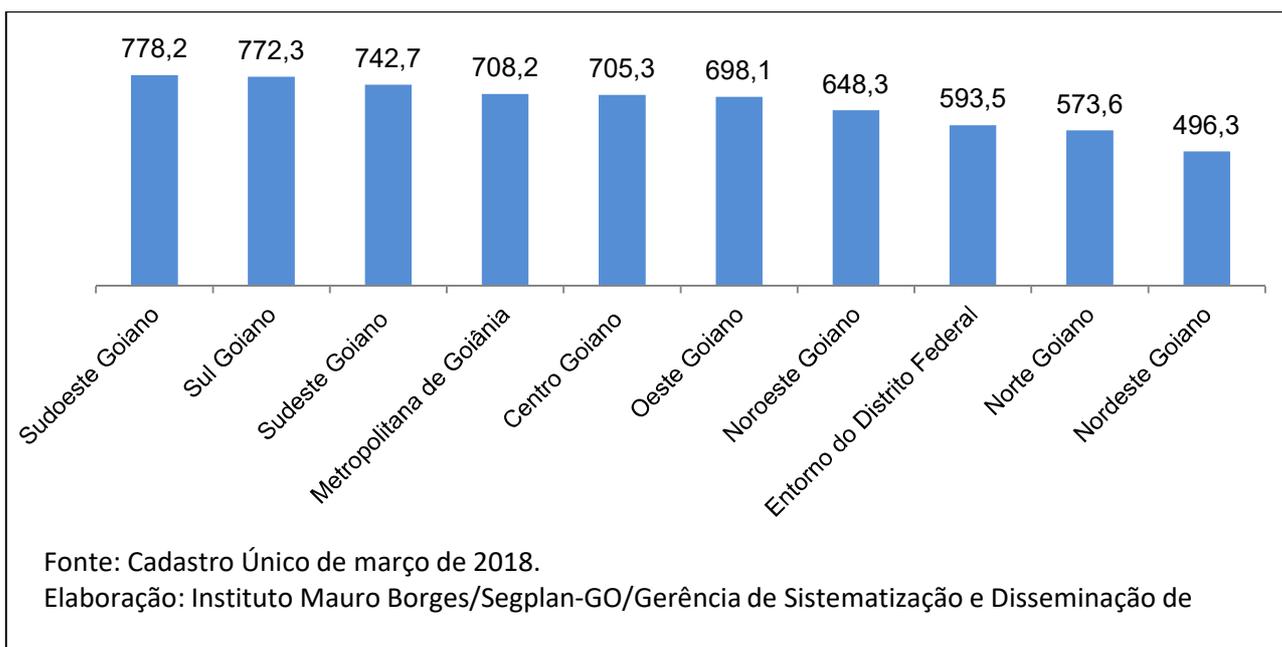
Regiões de Planejamento	Conta própria	Temporário em área rural	Sem carteira assinada	Com carteira assinada	Trab. doméstico	Militar ou servidor público	Outros
Entorno do Distrito Federal	63,5	2,2	4,4	22,3	3,7	3,3	0,6
Metropolitana de Goiânia	55,7	0,8	4,4	30,7	3,5	3,9	1,0
Nordeste Goiano	52,8	10,1	9,2	14,3	4,5	8,2	0,9
Noroeste Goiano	49,0	9,8	13,6	17,2	6,1	4,0	0,4
Sudoeste Goiano	46,2	1,6	8,6	30,6	5,9	6,3	0,7
Centro Goiano	45,6	5,6	10,9	26,5	5,0	5,6	0,8
Sudeste Goiano	44,3	4,5	13,0	27,6	4,4	5,4	0,9
Sul Goiano	44,1	1,7	9,6	31,2	4,3	7,6	1,3
Norte Goiano	43,8	13,1	12,6	14,2	9,9	5,5	0,8
Oeste Goiano	42,0	8,5	11,9	21,5	6,7	8,4	1,0

Fonte: Cadastro Único de março de 2018.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas– 2018.

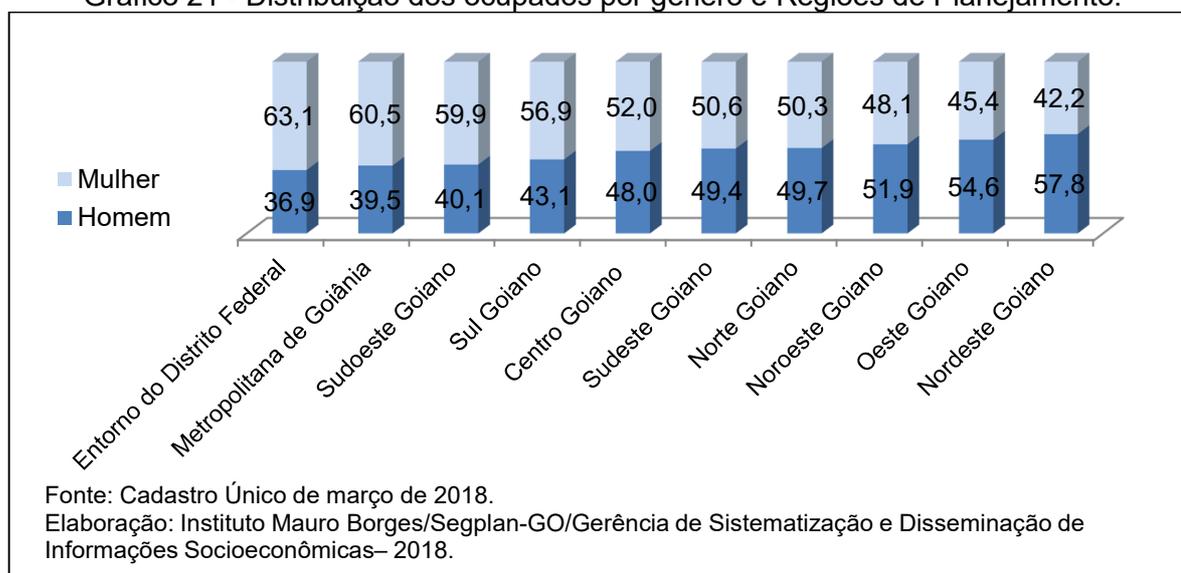
Nota: Outros refere-se à empregador, trabalhador não remunerado, estagiário e aprendiz.

Gráfico 20 - Rendimento médio mensal das pessoas ocupadas.



Com relação ao gênero, sabe-se que a grande característica das famílias no CadÚnico é ser chefiadas por mulheres, na maioria solteiras, dessa forma é natural que a maioria delas esteja exercendo um trabalho remunerado. Dessa forma, excetuando as regiões Noroeste, Oeste e Nordeste Goiano, o percentual de mulheres ocupadas supera o percentual de homem.

Gráfico 21 - Distribuição dos ocupados por gênero e Regiões de Planejamento.



Após fazer um levantamento geral do mercado de trabalho, a próxima seção trará informações gerais de grupos considerados especiais, como ciganos, índios e quilombolas, entre outros.

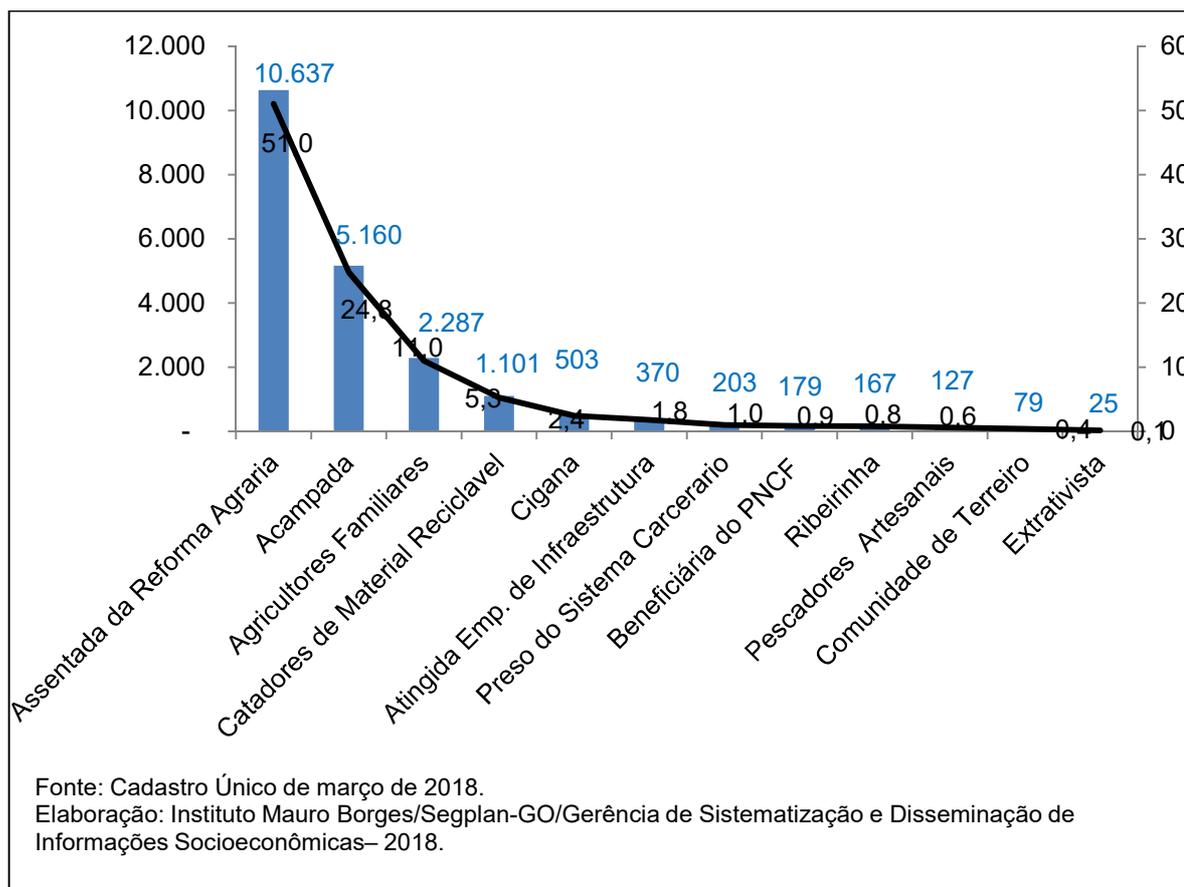
8 Famílias e pessoas de grupos tradicionais e populacionais específicos.

O CadÚnico identifica também Grupos Tradicionais e Populacionais Específicos. Nesse grupo encontram-se pessoas em situação de vulnerabilidade agravada, na medida em que agregam diversos níveis de exclusões originárias do período da colonização do Brasil e também da época do desbravamento do centro do país, que ocasionaram a quase dizimação do povo indígena, a marginalização das comunidades quilombolas e diversas outras situações como discriminação e isolamento institucional. Por esses e outros motivos não exemplificados, essas populações requerem ações políticas bem específicas para que possam ser diminuídos os grandes impactos sociais negativos causados pela herança histórica.

A inclusão na base de dados do CadÚnico do grupo indígena e quilombola ocorreu entre 2005 e 2006, enquanto os demais grupos começaram a ser identificados a partir de 2011.

Os Grupos Tradicionais e Populacionais Específicos contam com um total de 20.838 famílias inscritas e estão representados no Gráfico 22.

Gráfico 22- Família de grupo tradicional ou específico em números absolutos e percentuais.



Entre os inscritos, 18.430 famílias são apresentadas no Mapa 8, aqui chamadas de sobreviventes da terra que são as seguintes famílias: Assentada da Reforma Agrária, Acampadas, Agricultores Familiares, Beneficiárias do Programa Nacional do Crédito Fundiário e família Ribeirinha, juntos representam 88,4%.

O Mapa 8 mostra esses grupos e onde ocorre a sua maior concentração. Assentada da Reforma Agrária é o grupo que tem maior número de famílias, localizam-se em Flores de Goiás 1.637 famílias (12,9%), Mundo Novo 559 (4,4%) e em Caiapônia 546 famílias (4,3%). O segundo grupo é o de famílias Acampadas que se encontram principalmente em Corumbá de Goiás 1.463 famílias (11,5%), Rio Verde 1.271 (10%) e em Jataí 670 (5,3%).

As famílias de Agricultores familiares encontram-se, em sua maioria, nos municípios: Cavalcante onde vivem 715 famílias (28,2%), Nova Roma 226 (8,9%) e Teresina de Goiás 179 (7,1%). E as famílias Beneficiárias do Programa Nacional do Crédito Fundiário: Cavalcante 74 famílias (36,8%), Caiapônia 47 (23,4%) e Santa Terezinha de Goiás 23 famílias (11,4%).

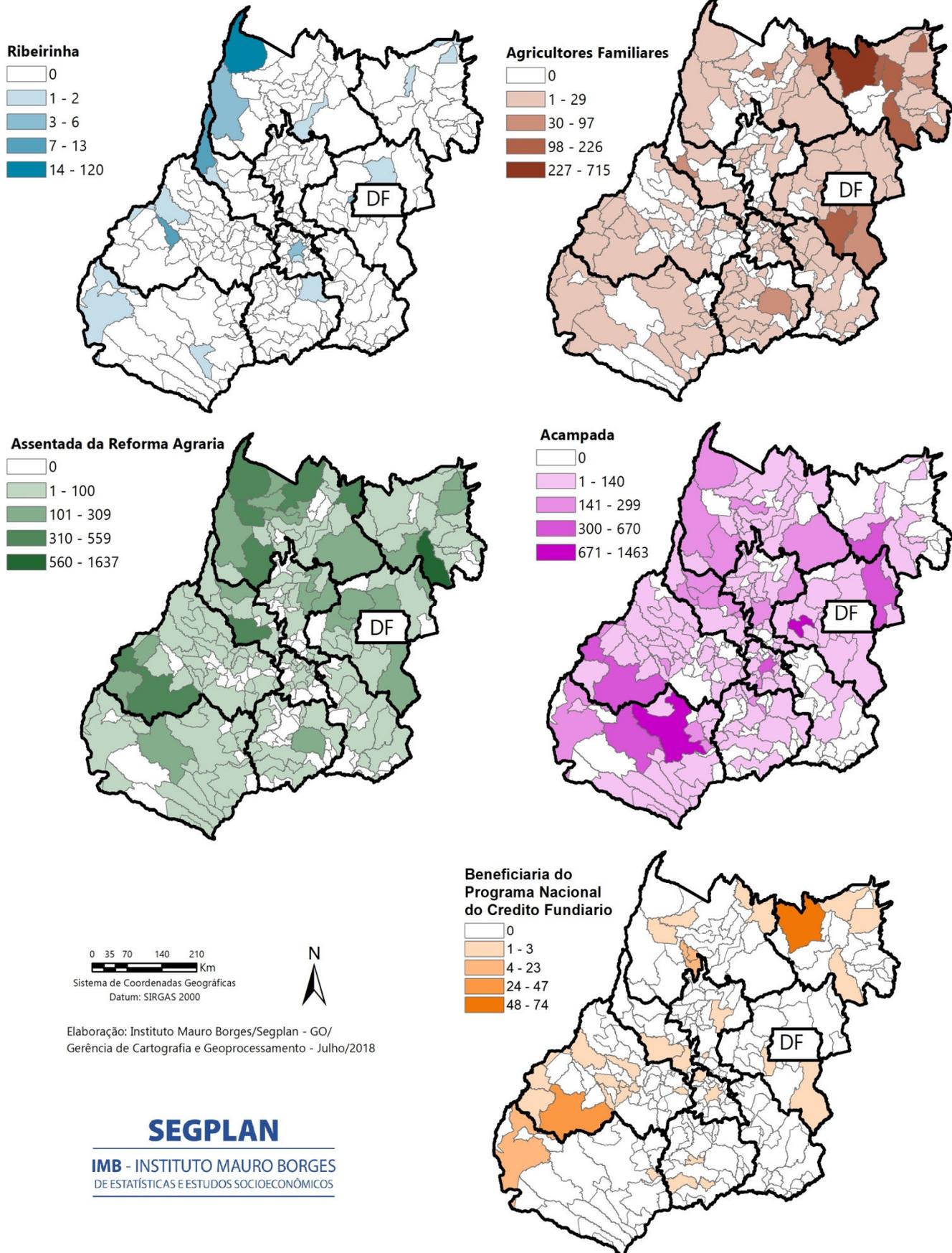
O Mapa 9 mostra três grupos populacionais de destaque no estado de Goiás, que são os quilombolas, ciganos e índios. O maior grupo entre eles é o quilombola com total de 18.948 pessoas, sendo que 41,6% dessas pessoas concentram-se em três municípios no norte do estado, sendo que 3.267 pessoas (17,2%) estão em Cavalcante, 2.289 (14,9%) em Niquelândia e 1.787 (9,4%) vivem em Barro Alto.

O segundo grupo mais expressivo é o povo cigano, com 1.899 pessoas cadastradas, sendo que 50,9% concentram-se em três municípios: 355 pessoas (18,6%) em Trindade, 194 (10,2%) em Itumbiara e 188 (9,9%) em Caldas Novas.

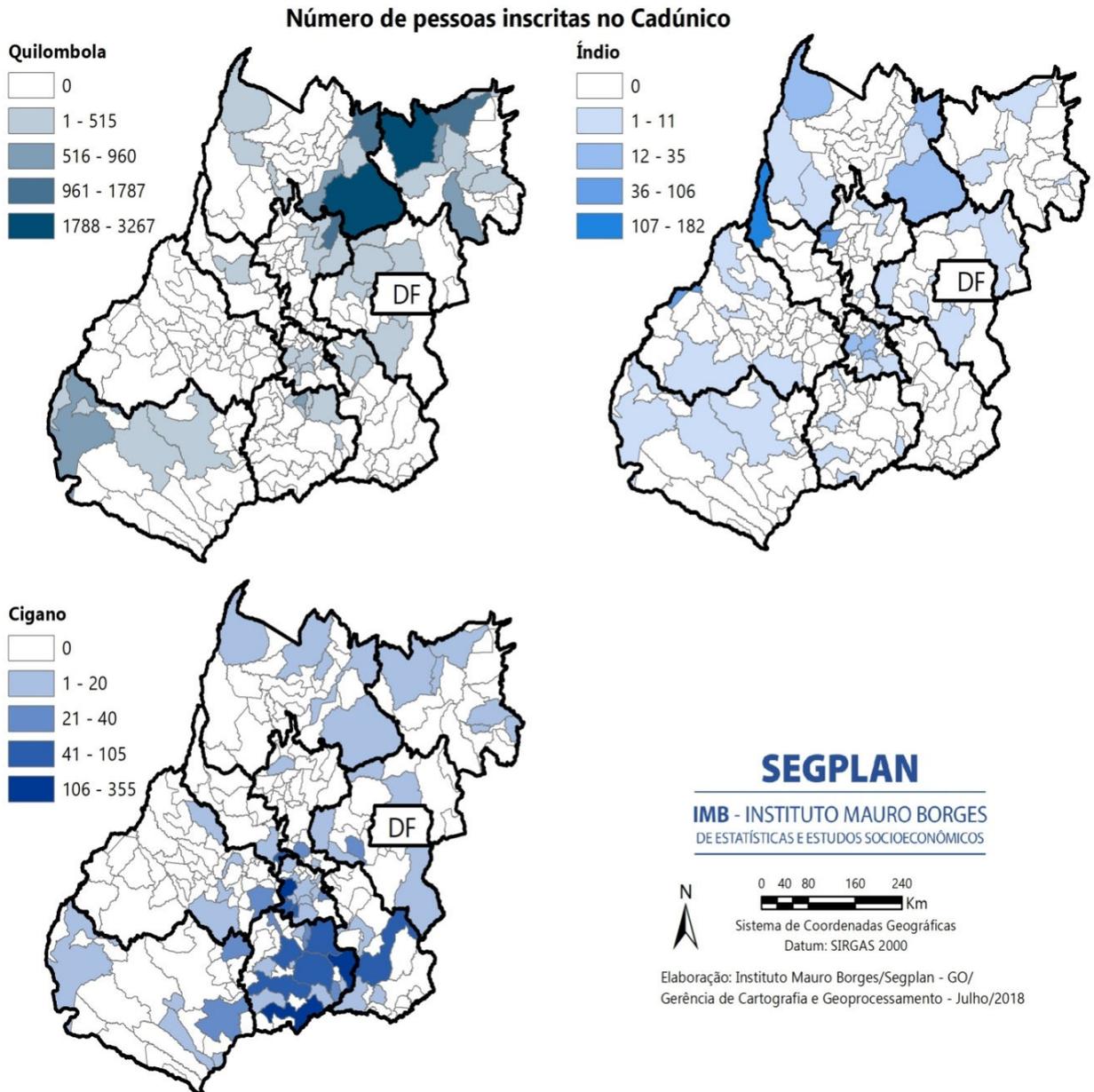
Há um total de 727 indígenas inscritos, sendo que 38,8% concentram-se em três municípios: 182 pessoas (25%) em Aruanã, 106 (14,6%) em Aragarças e 82 (11,9%) estão no município de Nova América.

Mapa 8 - Famílias especiais que sobrevivem da terra.

Número de famílias que sobrevivem da terra

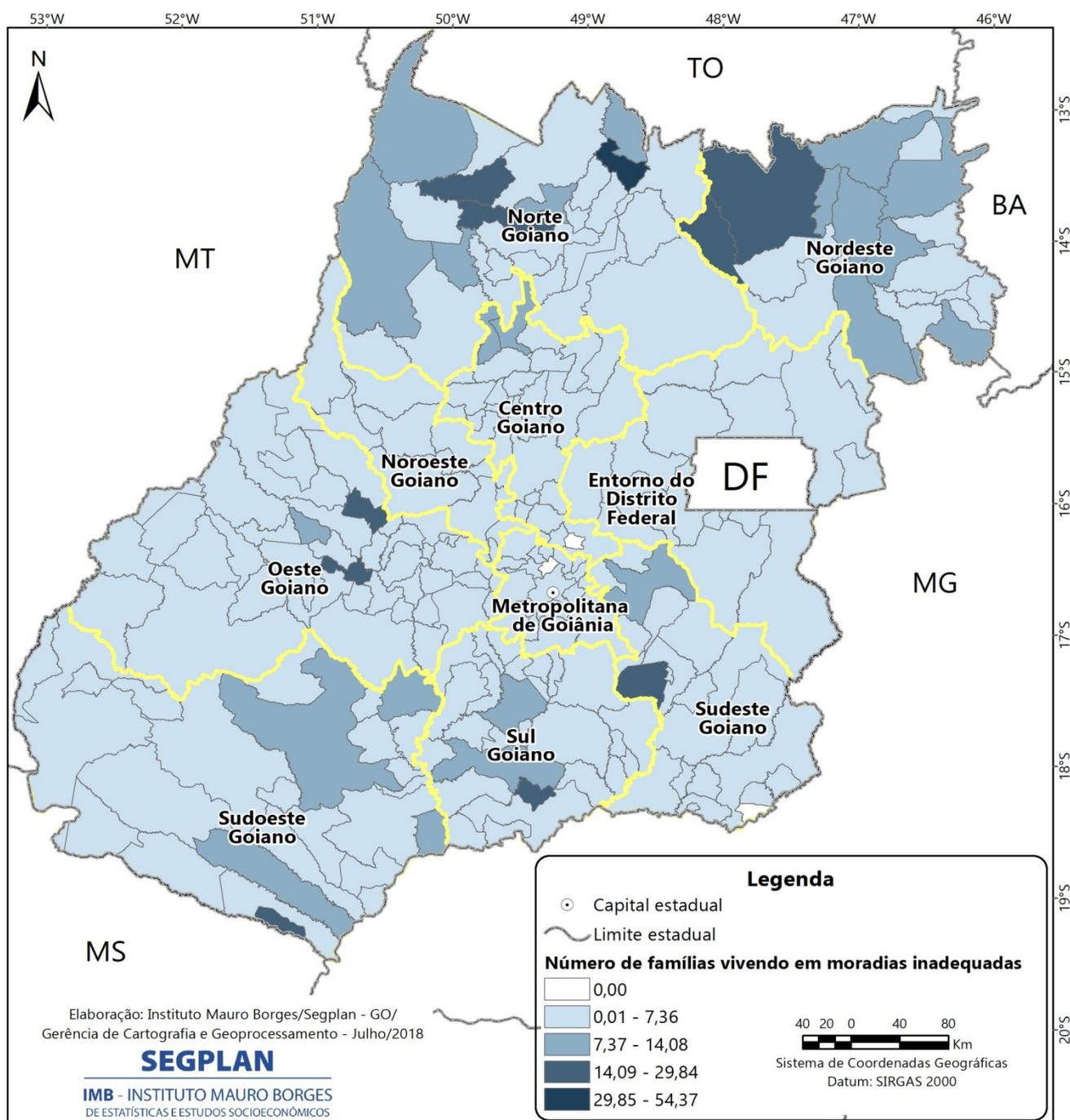


Mapa 9 - Quilombolas, ciganos e índios inscritos no CadÚnico.



O Mapa 10 mostra o percentual de famílias que vivem em moradia considerada inadequada, para tal denominação considerou-se moradias em que as paredes externas tenham predominantemente materiais que não sejam de alvenaria como madeira aparelhada ou aproveitada, taipa revestida ou sem revestimento, palha e outro material. Os municípios líderes em moradias nessas condições foram Trombas onde está localizada mais da metade das moradias inadequadas, 54,4%, seguido de Moiporá 29,8% e em terceiro lugar Bonópolis 23,4%.

Mapa 10 - Percentual de famílias vivendo em moradias inadequadas.



Considerações Finais

O presente estudo apresentou o perfil das famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) de março de 2018. Foram 768.043 famílias inscritas ou 2.194.144 pessoas, sendo 314.678 pessoas inscritas no programa Bolsa Família.

Observa-se que 47% das famílias encontram-se em situação de pobreza e 26,5% das famílias estão na linha de extrema pobreza (renda mensal *per capita* inferior a R\$ 85,00).

A maioria das pessoas cadastradas é jovem de até 15 anos de idade de cor parda, 60,8% das pessoas acima de 25 anos de idade possuem até o ensino fundamental (60,8%) e 35,4% até o ensino médio. Isso explica a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal dessa população, o que é um indicador para os formuladores de políticas públicas. Com relação ao mercado de trabalho, em todo o estado há 1.469.743 pessoas em idade ativa (PIA) sendo que 560.353 estão inseridas no mercado de trabalho. Dos ocupados 67,2% buscam meios de sobrevivência no segmento informal. Dessa forma, para modificar esse cenário, a qualificação profissional deve ser priorizada pelos programas sociais.

Destaca-se a informação de que 85% das famílias serem chefiadas por mulheres, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade dessas famílias, em que essas mulheres arcam com a responsabilidade de educar os filhos e sustentá-los.

Outro indicador de condições de precariedade é a falta de acesso aos serviços básicos, como saneamento, água e descarte adequado de lixo. A Região de Planejamento Nordeste Goiano apresentou perfil que merece ser observado: o percentual mais elevado de desocupados (74,1%), o menor percentual de pessoas com acesso ao serviço de coleta de lixo adequada (68,5%), o escoamento sanitário adequado em apenas 40% dos domicílios.

Dessa forma, aponta-se a necessidade de políticas públicas que gerem impactos efetivos para a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, sobretudo, a necessidade de programas sociais e econômicos que beneficiem as regiões menos desenvolvidas do estado. A ampliação do acesso a programas de transferência de renda como os já existentes precisa ser acompanhada de ampliação de acessos aos serviços de saneamento (impacta na saúde), educação (impacta na inserção do mercado de trabalho e na renda). A consolidação de um programa que considere todos esses aspectos gerará uma sinergia positiva a fim de atrair investidores e os efeitos multiplicados da melhoria econômica e social dessas regiões.

Espera-se que esse trabalho descritivo das características dos indivíduos de baixa renda possa nortear políticas públicas que efetivamente diminuam a vulnerabilidade social e as desigualdades regionais existentes em Goiás.

Referências

ALKIRE, Sabina. Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty. University Library of Munich: Munich Personal RePEc Archive (MPRA Paper n. 8.862), May. 2008.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Understanding and misunderstanding of Multidimensional Poverty measurement. Working paper, Oxford poverty & Human Development Initiative, University of Oxford, n. 43, may 2011.

LEITE, A; R; SILVA, A. F; ARAÚJO, J. A. de; SANTANA, G. U. ; A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO ESTADO DA BAHIA DIMINUIU? EVIDÊNCIAS A PARTIR DA ABORDAGEM DE BOURGUIGNON E CHAKRAVARTY. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 177-200, jan-abr/2016

OSORIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F.. SOARES, S.; OLIVEIRA, L. F. B. de; PERFIL DA POBREZA NO BRASIL E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2004-2009. Brasília: Ipea, 2011 (Texto para Discussão n. 1.647).

OTTONELLI, J; MARIANO, J. L; Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 48(5): 1253-1279, set./out. 2014.

ROCHA, S; on statistical mapping of poverty: Social reality, concepts and measurement. Brasília: Ipea, 1998 (Texto para Discussão n. 553).

ROCHA, S; OPÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ESTIMAÇÃO DE LINHAS DE INDIGÊNCIA E DE POBREZA NO BRASIL. Brasília: Ipea, 2000 (Texto para Discussão n. 720).

ROCHA, S; Pobreza e indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**. Belo Horizonte 16 (2): 265-299, maio-agosto. 2006.

SILVA, Andréa Ferreira da; SOUSA, Janaildo Soares de; ARAUJO, Jair Andrade; Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil *REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*. Rio de Janeiro 51(2):219-239, mar. - abr. 2017.

TORRES, J. C. da E; O CADÚNICO NA IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICASOCIAL DE QUEM SÃO OS POBRES DO BRASIL. **Dissertação de Mestrado**. UFBA, Salvador, 2010.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Equipe Técnica

Eduiges Romanatto (Gerente)

Clecia Ivânia Rosa Satel

Evelyn de Castro Cruvinel

Heitor Afonso Ribeiro Belo

Rejane Moreira da Silva

Publicação via web

Vanderson Soares

Arte e capa

Avai Nunes Correa

*É permitida a reprodução deste texto e dos dados
nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.*

Agosto-2018

